unesco

Enfrentar o discurso de ódio por meio da educação

Um guia para formuladores de políticas



Educação 2030

Publicado em 2023 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França, pelo Escritório das Nações Unidas para a Prevenção do Genocídio e Responsabilidade de Proteger (UNOGPRP), Nações Unidas, 405 East 42nd Street, Nova York, NY, 10017, Estados Unidos, e pela Representação da UNESCO no Brasil, SAUS Qd. 5 – Bloco H – Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO – 9º andar, Brasília – DF – 70070-912, Brasil.

© UNESCO e Nações Unidas, 2023

ISBN 978-65-86603-30-9
https://doi.org/10.54675/OFEL4311



Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Attribution-ShareAlike 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-port).

Título original: *Addressing hate speech through education: a guide for policy-makers*. Publicado em 2023 pela UNESCO e pelas Nações Unidas/ UNOGPRP.

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo desta publica;áo não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica, nome ou soberania de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

As ideias e as opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.

Imagens/itens da Shutterstock não estão ao abrigo da licença CC-BY-SA e não podem ser usados ou reproduzidos sem a permissão prévia do detentor dos direitos autorais.

Créditos da versão original:

Design da capa: © UNESCO/Alexandra Dolan
Créditos da capa: blackboard1965/Shutterstock.com; Brunya/Shutterstock.com; fizkes/Shutterstock.com
Imagens internas (p. 7, 9, 16): © UNESCO/Alexandra Dolan

Créditos da versão em português:

Coordenação técnica da Representação da UNESCO no Brasil:
Marlova Jovchelovitch Noleto, diretora e representante
Maria Rebeca Otero Gomes, coordenadora do Setor de Educação
Mariana Braga Alves de Souza, oficial de projeto

Tradução: Global Languages Comunicação Corporativa Serviços e Comércio de Livros Técnicos
Revisão técnica: consultores, Célio da Cunha e Aline Vieira, e Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil.
Revisão editorial e diagramação: Unidade de Publicações da UNESCO no Brasil

BREVE RESUMO

Enfrentar o discurso de ódio por meio da educação

Nos dias atuais, o discurso de ódio está se espalhando cada vez mais rápido e indo mais longe do que nunca, como resultado do aumento do número de usuários de redes sociais e da ascensão do populismo. Tanto *online* quanto *offline*, o discurso de ódio tem como alvo pessoas e grupos por características que lhes são inerentes. Ele tem o potencial de instigar e alimentar a violência, e produzir ideologias de extremismo violento, incluindo crimes de atrocidade (*grosso modo*, contra a humanidade) e o genocídio. O discurso de ódio discrimina e viola os direitos humanos individuais e coletivos e prejudica a coesão social.

A educação pode desempenhar um papel fundamental no combate às narrativas de ódio e ao surgimento da violência direcionada a grupos. As respostas educacionais ao discurso de ódio e a todas as formas de comunicação de ódio incluem:

- Formar professores e estudantes quanto a valores e práticas, para que se tornem cidadãos globais e digitais respeitosos.
- Adotar abordagens pedagógicas e que envolvam toda a escola para fortalecer a aprendizagem social e emocional.
- Revisar e analisar currículos e materiais educacionais para torná-los responsivos em termos culturais e incluir conteúdos que identifiquem o discurso de ódio e promovam o direito à liberdade de expressão.

1.628.281

conteúdos considerados violadores da política de discurso de ódio do Twitter foram removidos entre julho e dezembro de 2020.

Este guia de políticas, desenvolvido pela UNESCO e pelo Escritório das Nações Unidas para a Prevenção do Genocídio e Responsabilidade de Proteger (UNOGPRP), explora essas respostas educacionais e fornece orientações e recomendações aos formuladores de políticas sobre como fortalecer os sistemas educacionais para enfrentar o discurso de ódio

unesco

"Uma vez que as guerras começam nas mentes dos homens e das mulheres, é nas mentes dos homens e das mulheres que as defesas da paz devem ser construídas".

UNESCO – líder mundial em educação
A educação é a principal prioridade da UNESCO, porque é um direito humano básico e o pilar da paz e do desenvolvimento sustentável. A UNESCO é a agência especializada das Nações Unidas para a educação e fornece liderança mundial e regional para impulsionar o progresso, fortalecendo a resiliência e a capacidade dos sistemas nacionais de atender todos os estudantes. A UNESCO enfrenta os desafios globais por meio da aprendizagem transformadora, com foco especial na igualdade de gênero e na África, em todas as suas ações.

unesco
Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Agenda Mundial da Educação 2030
A UNESCO, no papel de agência especializada das Nações Unidas para a educação, está encarregada de liderar e coordenar a Agenda 2030 para a Educação, a qual faz parte de um movimento global para erradicar a pobreza até 2030 por meio de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A educação, essencial para o cumprimento de todos esses objetivos, tem seu próprio ODS, o de número 4, que visa a "assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos". O Marco de Ação da Educação 2030 fornece orientações para a implementação desses ambiciosos objetivos e compromissos.

Educação 2030

O Escritório das Nações Unidas para a Prevenção do Genocídio e Responsabilidade de Proteger (UNOGPRP), criado em 2005, reporta diretamente ao secretário-geral da ONU. O conselheiro especial para a Prevenção do Genocídio tem o mandato de conscientizar sobre as causas e as dinâmicas do genocídio, alertar o secretário-geral e, por meio dele, o Conselho de Segurança, sobre onde há riscos de genocídio, bem como para realizar *advocacy* e mobilizar para as ações apropriadas. O conselheiro especial sobre a Responsabilidade de Proteger lidera o desenvolvimento conceitual, político, institucional e operacional do princípio da *responsabilidade de proteger* e trabalha sob a orientação geral do conselheiro especial sobre a Prevenção do Genocídio. O Escritório coleta informações, realiza avaliações de situações ocorridas em todo o mundo e alerta o secretário-geral e outros atores pertinentes para o risco de crimes de atrocidade, bem como sua incitação. O Escritório também realiza formações e fornece assistência técnica para promover maior compreensão sobre as causas e a dinâmica dos crimes de atrocidade, bem como aumentar a capacidade das Nações Unidas, dos Estados-membros, das organizações regionais e sub-regionais e da sociedade civil para prevenir crimes de atrocidade e desenvolver meios eficazes de resposta quando eles ocorrerem. Desde 2019, o UNOGPRP também é o ponto focal das Nações Unidas que coordena a implementação da Estratégia e do Plano de Ação das Nações Unidas contra o Discurso de Ódio.

UNITED NATIONS OFFICE ON
GENOCIDE PREVENTION AND THE
RESPONSIBILITY TO PROTECT

Enfrentar o discurso de ódio por meio da educação

Um guia para formuladores de políticas

Sumário

Apresentação 6
Agradecimentos 8
Resumo executivo 9
Principais recomendações 10

1. Introdução 11
Objetivo da publicação 11
Principais temas e estrutura 12

2. Contexto 13
Por que a educação? 13
Discurso de ódio e liberdade de expressão 15
Compreender o papel potencial dos sistemas de educação no fomento do ódio 16

3. Decodificar o discurso de ódio: causas, desafios e consequências 17
3.1 Definição de discurso de ódio 17
Objetivos e impactos do discurso de ódio 17
Formas de discurso de ódio 18
Causas profundas do discurso de ódio 18
Consequências do discurso de ódio 19
3.2 Quem determina os limites do discurso de ódio? 21
3.3 Desafios contextuais 24
O contexto interseccional das manifestações de ódio 25
A pandemia da COVID-19 27
Mundos *online* e *offline* 28

4. Enfrentar o discurso de ódio por meio da educação
4.1 Abordagens e práticas educacionais para enfrentar o discurso de ódio 31
Ensinar sobre o discurso de ódio 32
Abordar as desigualdades 33
Melhorar as habilidades socioemocionais 34
Promover atitudes inclusivas 36
Promover habilidades de Alfabetização Midiática e Informacional e de cidadania digital 37
Melhorar as habilidades de pensamento crítico 39
Melhorar as ações e escolhas comportamentais dos estudantes 39

4.2 Estratégias para enfrentar o discurso de ódio na e por meio da educação 41
Políticas educacionais 41
Mídias educacionais e currículos 44
Reforço das capacidades dos professores – orientação e formação 47
Fortalecimento da resiliência institucional ao discurso de ódio 50
Construção de parcerias 55
4.3 Avaliar o impacto: analisar as iniciativas educacionais para enfrentar o discurso de ódio 56

Anexos 58
Anexo I: Termos-chave 58
Anexo II: Resumo das conclusões dos presidentes da Conferência Mundial dos Ministros da Educação sobre o enfrentamento ao discurso de ódio por meio da educação 60
Recursos adicionais 63
Referências 64

Lista de quadros

Quadro 1 – Marcos de ação 22
Quadro 2 – Assédio *online* contra mulheres jornalistas 27
Quadro 3 – Detectar as teorias da conspiração 32
Quadro 4 – Ensinar sobre passados violentos na Argentina 33
Quadro 5 – O kit de ferramentas Selma 35
Quadro 6 – Levante-se e fale (*Stand Up, Speak Out*) 36
Quadro 7 – Reflexão sobre as percepções e os comportamentos de gênero 40
Quadro 8 – Estratégia de alfabetização midiática *online* no Reino Unido 42
Quadro 9 – Boas práticas: educação para a cidadania na Noruega 45
Quadro 10 – Boas práticas: educação antirracista na Austrália 46
Quadro 11 – Boas práticas: educação para a prevenção do genocídio em Ruanda 46
Quadro 12 – Engajamento dos jovens para a coesão social no Sul da Ásia 47
Quadro 13 – Boas práticas: enfrentar o racismo na Nova Zelândia 48
Quadro 14 – Boas práticas: desenvolver ambientes escolares respeitosos no Brasil 51
Quadro 15 – Boas práticas: integrar estudantes refugiados na Grécia 53
Quadro 16 – Boas práticas: aprender sobre a diversidade nos Países Baixos 54

Apresentação

Esta publicação apresenta a primeira orientação sobre políticas desenvolvida pelo Escritório das Nações Unidas para a Prevenção do Genocídio e Responsabilidade de Proteger (*Office on Genocide Prevention and the Responsibility to Protect*) e pela UNESCO para enfrentar o discurso de ódio por meio da educação. O discurso de ódio é um problema secular que causa grande preocupação e que ganhou ainda mais força em todo o mundo como resultado da revolução digital e da ascensão do populismo. Hoje, o ódio prolifera, tanto *online* quanto *offline*, infringindo os direitos humanos individuais e coletivos e minando a coesão social.

O discurso de ódio tem o potencial de incitar a violência e a discriminação. Ele surgiu como um dos instrumentos preferidos de indivíduos preconceituosos que visam discriminar, excluir e prejudicar os outros que eles percebem como diferentes. Da mesma forma, esse discurso produziu ideologias de extremismo violento e instigou crimes de atrocidade, incluindo o genocídio.

A Estratégia e o Plano de Ação das Nações Unidas contra o Discurso de Ódio fornecem um marco para coordenar melhor as ações mundiais a fim de combater o fenômeno. Como o problema é complexo, as respostas devem ser versáteis, e a educação tem um papel fundamental a desempenhar para ajudar a enfrentar de forma eficaz as causas do discurso de ódio e desenvolver a capacidade dos estudantes para que se oponham a ele, dotando-os de conhecimentos e habilidades para combater as narrativas de ódio com as quais são confrontados, *online* e *offline*.

Enfrentar o discurso de ódio não significa limitar a liberdade de expressão. Pelo contrário, deve significar o esforço para incentivar, promover e proteger a liberdade de expressão como um direito humano universal, assegurando que as medidas destinadas a proteger os indivíduos e os grupos de serem alvos não contribuam para restringir o acesso a esse direito. A educação pode ajudar a alcançar esse difícil equilíbrio, empoderando professores e educadores para fomentar a valorização dos direitos humanos, promover o respeito pela diversidade e cultivar uma cidadania ativa e responsável.

Este guia de políticas tem como objetivo fornecer orientações e recomendações sobre a melhor forma de conceber, desenvolver e implementar políticas educacionais para abordar o problema.

Ele é fundamentado nos programas da UNESCO sobre Educação para a Cidadania Global (ECG) e incorpora elementos que refletem o compromisso de longa data da Organização com a educação sobre direitos humanos e a educação para prevenir o extremismo violento, o antissemitismo e o racismo, bem como o desenvolvimento de habilidades de Alfabetização Midiática e Informacional (AMI). Além disso, baseia-se no trabalho do UNOGPRP, como o ponto focal da ONU sobre o discurso de ódio na implementação da Estratégia e Plano de Ação das Nações Unidas, e nos programas da UNESCO e do Escritório para integrar a prevenção ao genocídio e a atrocidades na educação.

Esta publicação é o resultado direto da Conferência Mundial de Ministros da Educação, ocorrida em outubro de 2021, sobre como enfrentar o discurso de ódio por meio da educação, convocada pelo secretário-geral das Nações Unidas e organizada pela UNESCO e pelo UNOGPRP. A conferência ministerial estabeleceu recomendações importantes para fortalecer as políticas educacionais e abrir caminho para estratégias preventivas de longo prazo mais eficazes a fim de mitigar os impactos do discurso de ódio. Este guia de políticas traduz essas recomendações em abordagens e práticas concretas.

Esperamos que este guia ajude os formuladores de políticas a fortalecer a dimensão educacional nos marcos de políticas nacionais e nos planos de ação para enfrentar o discurso de ódio e aprimorar os papéis dos profissionais que atuam na prática. Também esperamos que inspire abordagens integrais de formulação de políticas que promovam um clima livre de ódio, de respeito às diferenças e que apoie os direitos humanos em comunidades e ambientes digitais, *online* ou *offline*, permitindo que pessoas de todas as origens e identidades vivam livres do medo e da discriminação.



Alice Wairimu Nderitu
Subsecretária-geral das Nações Unidas e conselheira especial do secretário-geral para a Prevenção do Genocídio



Stefania Giannini
Diretora-geral adjunta de Educação da UNESCO



Agradecimentos

Este guia de políticas foi desenvolvido pelo Escritório das Nações Unidas para a Prevenção do Genocídio e Responsabilidade de Proteger e pela UNESCO, como uma contribuição direta para a Estratégia e Plano de Ação das Nações Unidas contra o Discurso de Ódio. Foi elaborado por Cynthia Miller-Idriss, da American University, com contribuições de Shakuntala Banaji, da London School of Economics and Political Science (LSE), Carmel Cefai, da Universidade de Malta, Ana Perona-Fjeldstad, do European Wergeland Centre (EWC), e Jennie King, do Institute for Strategic Dialogue (ISD), sob supervisão de Cecilia Barbieri e Karel Fracapane e coordenação de Isabel Tamoj, todas da Seção de Educação para a Cidadania Global e Educação para a Paz da UNESCO (ED/PSD/GCP). O processo de elaboração também foi apoiado por Simona Cruciani e Maria Westergren, do UNOGPRP.

Este guia foi escrito ao longo de vários meses, com extensas revisões e contribuições significativas de um conselho consultivo mundial e revisores de pares. Gostaríamos de agradecer igualmente aos seguintes membros do grupo consultivo por suas contribuições de especialistas:

- Youk Chhang, Centro de Documentação do Camboja
- Nicole Fournier-Sylvester, Centro Global para o Pluralismo (2019-2022)
- Jonathan Friedman, PEN America
- Nighat Dad, Fundação de Direitos Digitais
- Amineh Ahmed Hoti, Universidade de Cambridge
- Olunifesi Adekunle Suraj, Universidade de Lagos
- Clara Ramírez-Barat, Instituto Auschwitz para a Prevenção do Genocídio e Atrocidades em Massa
- Carles Fernandez Torne, Universidade Blanquerna Ramon Llull

Agradecemos ao ex-diretor da Divisão de Paz e Desenvolvimento Sustentável no Setor de Educação, Vibeke Jensen, por sua orientação e apoio. Agradecemos ainda aos seguintes colegas da UNESCO, que contribuíram: Katja Anger, Elodie BethSeo, Guilherme Canela de Souza Godoi, Annina Claesson, Matthias Eck, Gunay Faradova, Humam Ghanim, Mohammed Khalifah, Kuany Kiir Kuany, Maija Lyytinen, Fengchun Miao, Tariq Mosaad e Carlos Vargas Tamez.

O UNOGPRP e a UNESCO também expressam gratidão ao governo de Portugal pelo generoso apoio financeiro que tornou esta publicação possível.

Nota: Este guia de políticas se baseia em orientações anteriores da UNESCO sobre a prevenção do extremismo violento por meio da educação (2017) e sobre o combate ao antissemitismo por meio da educação (2018), bem como na publicação da UNESCO "Countering Online Hate Speech" (2015). Este guia é fundamentado pelos resultados da reunião de especialistas da UNESCO e do UNOGPRP sobre o enfrentamento ao discurso de ódio, realizada em maio de 2020[1], bem como pelas conclusões do Fórum Multilateral sobre o Enfrentamento do Discurso de Ódio por meio da Educação, realizado em outubro de 2021[2]. O guia se baseia ainda nos recursos existentes desenvolvidos pelos Setores de Educação e Comunicação e Informação da UNESCO sobre Educação para a Cidadania Global, Alfabetização Midiática e Informacional e promoção da liberdade de expressão.

1 Education as a Tool for Prevention: Addressing and Countering Hate Speech, Expert meeting (13-18 de maio de 2020).
2 Addressing Hate Speech Through Education, Multi-stakeholder Online Forum (30 de setembro – 1º de outubro de 2021).

Resumo executivo

O discurso de ódio é uma forma virulenta de discriminação que tem como alvo e prejudica os direitos humanos, de pessoas e povos, com base em sua – presumida – identidade e serve como um veículo de narrativas populistas e ideologias de extremismo violento. Tendo em vista a crescente predominância do discurso de ódio, *online* e *offline*, é imperativo que os governos locais, regionais e nacionais, bem como as organizações internacionais, priorizem o desenvolvimento de estratégias eficazes para combatê-lo, mantendo um equilíbrio com o direito humano fundamental à liberdade de expressão.

A Estratégia e Plano de Ação das Nações Unidas contra o Discurso de Ódio, lançada em 2019, demanda uma resposta coordenada e de todo o sistema ao aumento dos discursos nocivos, *online* e *offline*, e que a educação seja utilizada "como uma ferramenta para abordar e enfrentar" o fenômeno.

De fato, a eficácia das abordagens exige o desenvolvimento de estratégias integrais com foco não apenas na mitigação e na resposta, mas também na prevenção, de modo a enfrentar as causas profundas do discurso de ódio por meio de intervenções em todos os âmbitos educacionais, em ambientes formais e não formais, desde os níveis pré-escolar e da primeira infância até o ensino superior, no ensino profissional e por meio de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.

Enfrentar o discurso de ódio por meio da educação implica fortalecer a capacidade dos sistemas educacionais, incluindo instituições e educadores, de fornecer ambientes de aprendizagem seguros e inclusivos, livres de ódio e preconceito, que respeitem os direitos humanos e apoiem diversas culturas, identidades e crenças. Isso requer uma abordagem transversal e centrada na aprendizagem para enfrentar de maneira ativa todas as formas de intolerância, discriminação e ódio, incluindo assédio e violência, e que ao mesmo tempo abra caminho para a justiça e a equidade por meio da promoção da Educação para a Cidadania Global.

Este guia oferece recomendações concretas para que os formuladores de políticas abordem o discurso de ódio e mitiguem os impactos sobre seus alvos por meio de estratégias direcionadas, entre outros, nos currículos e livros didáticos, na pedagogia, na formação dos professores, na gestão das instituições educacionais e nas parcerias. Uma abordagem combinada de intervenções sistemáticas e simultâneas em todas essas áreas é fundamental para enfrentar efetivamente o discurso de ódio e tornar as sociedades mais resilientes às manifestações desumanas de ódio.



Principais recomendações

1. Priorizar a questão do discurso de ódio e tomar medidas para combatê-lo com planos de implementação concretos, incluindo marcos de ação e alocações orçamentárias.
2. Integrar os esforços para combater o discurso de ódio nas iniciativas existentes do setor de educação para fornecer uma abordagem integral da questão.
3. Garantir que as estratégias aplicadas para enfrentar o discurso de ódio defendam o direito à liberdade de expressão.
4. Estabelecer e implementar orientações e mecanismos claros para apoiar indivíduos e grupos que são alvo do discurso de ódio em ambientes educacionais, incluindo mecanismos claros de denúncia e normas de conformidade (*compliance*).
5. Incorporar nos currículos formais atividades educacionais que abordem as causas profundas do discurso de ódio, prestando especial atenção às desigualdades históricas e contemporâneas.
6. Criar e atualizar continuamente os currículos relativos a Alfabetização Midiática e Informacional e cidadania digital.
7. Incluir nos currículos atividades educacionais para fortalecer habilidades de pensamento crítico, aprendizagem social e emocional, diálogo intercultural e cidadania global, a fim de promover a mudança de comportamento pró-social necessária para enfrentar o discurso de ódio e promover a inclusão e a diversidade.
8. Incentivar atividades extracurriculares que conduzam ao pensamento crítico e ao diálogo intercultural e que sejam capazes de contribuir para um ambiente inclusivo.
9. Desenvolver e implementar mecanismos para incentivar e capacitar as escolas a garantir que o clima de aprendizagem nas salas de aula seja seguro, respeitoso e inclusivo, para que se tornem modelos de diversidade e inclusão, e para que cultivem uma abordagem de toda a escola nos esforços destinados a enfrentar o discurso de ódio.
10. Fornecer aos educadores e aos líderes escolares formação em serviço para dotá-los de novas abordagens educacionais, para que sejam capazes de responder e enfrentar o discurso de ódio em suas atividades diárias e nas interações com os estudantes.
11. Construir a resiliência dos sistemas educacionais por meio de um esforço integrado, incluindo o apoio familiar e comunitário e parcerias com várias partes interessadas.
12. Estabelecer critérios para avaliar e analisar a eficácia das intervenções que visam a enfrentar o discurso de ódio.

1. Introdução

Enfrentar o desafio do discurso de ódio é um problema urgente para as sociedades de todo o mundo. Avanços recentes nas tecnologias da informação, nas comunicações e nos meios de comunicação de massa *online* alteraram de forma significativa o ritmo e o alcance de sua disseminação.[3] Em todo o mundo, temos testemunhado um aumento alarmante na proliferação e nos impactos do discurso de ódio dirigido a indivíduos e grupos.

O discurso de ódio compromete os direitos humanos e a coesão social, desafia a segurança dos membros de grupos-alvo e das sociedades democráticas, e reduz o potencial para as pessoas terem experiências de vida equitativas em comunidades multiétnicas e multiculturais.[4]

O discurso de ódio representa uma ameaça direta à realização da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.[5] Portanto, é imperativo que os governos locais, regionais e nacionais, assim como as organizações internacionais, abordem a proliferação desse tipo de discurso . Combater o discurso de ódio depois que ele ocorre não é suficiente: ele deve ser evitado, com o enfrentamento de suas causas profundas por meio da educação. As estratégias para moderar e reduzir sua propagação demandam apoio e investimento em abordagens educacionais que sensibilizem e fortaleçam a resiliência dos estudantes que possam vir a ter contato com esse tipo de discurso.

Diante disso, esta publicação tem como objetivo deslocar a questão do discurso de ódio, que enfoca quase exclusivamente a correção por meio da vigilância e do monitoramento, para o enfrentamento do problema por meio da educação. Essa abordagem é consistente com a Estratégia e Plano de Ação das Nações Unidas contra o Discurso de Ódio, lançada em 2019, que enfatiza a necessidade de se enfrentar as causas e os aspectos motivadores, ao mesmo tempo em que seus impactos são mitigados. Também é consistente com os esforços da UNESCO para aprimorar a adequação e a capacidade dos sistemas educacionais de enfrentar os desafios mundiais à paz, à justiça, aos direitos humanos, à igualdade de gênero, ao pluralismo, ao respeito à diversidade e à democracia.

Objetivo da publicação

Esta publicação não deve ser vista apenas como mais um conjunto de orientações a serem impostas aos sistemas de educação, que já estão sobrecarregados; nem deve ser entendida como, de alguma forma, uma defesa da censura e do apagamento. Em vez disso, ela visa mostrar como o discurso de ódio pode ser abordado como parte de uma missão para fortalecer a inclusão de comunidades e

3 Ver Gagliardone *et al.* (2015). Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233231.

4 Para exemplos e análises, ver Banaji e Bhat (2022), Carlson (2021), Sobieraj (2022) e Udupa *et al.* (2021).

5 Este guia incorpora e amplia o conteúdo de vários relatórios anteriores das Nações Unidas que abordam aspectos e desafios relacionados ao discurso de ódio e à liberdade de expressão. Todos os relatórios e recursos pertinentes estão listados na seção de Referências deste guia.

nações, bem como lutar pelo objetivo mais amplo de promover a resiliência social integral diante de ideologias de ódio, extremismo violento e crimes de atrocidade[6], ao mesmo tempo em que defende e promove a liberdade de expressão. Este é um trabalho desafiador e, assim, o objetivo deste guia consiste em fornecer aos Estados-membros orientação política sobre como enfrentar o discurso de ódio na e por meio da educação, propondo medidas específicas e exemplos de boas práticas, bem como lições aprendidas nos âmbitos nacional e regional em relação à Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) e à Educação para a Cidadania Global (ECG).

Este guia oferece subsídios para respostas ao discurso de ódio, em todo o sistema, por meio da educação e inclui estratégias para fortalecer a formulação de políticas nacionais; para melhorar a formação de professores e fornecer treinamento docente em serviço; e para revisar currículos e livros didáticos, oferecer apoio pedagógico e melhorar o clima geral nas escolas. O guia também descreve como os formuladores de políticas podem complementar estratégias e planos de ação da educação formal para fortalecer as respostas ao discurso de ódio nessas áreas, construindo parcerias com a sociedade civil e com o setor privado. Embora o guia se destine ao público em geral, suas recomendações podem ser adaptadas e incorporadas em marcos regionais e nacionais, sempre que for possível e necessário.

Este guia incentiva os formuladores de políticas a introduzir uma nova maneira de pensar sobre o discurso de ódio em toda a educação. Enfrentar esse discurso não é uma tarefa restrita a uma disciplina específica. Essa ação está inserida no esforço de proteger e preservar os direitos humanos para todos e, nesse sentido, os sistemas educacionais devem considerar o combate ao discurso de ódio como requisito imperativo e como parte de um conjunto mais amplo de contextos que abrangem a educação formal e não formal.

Principais temas e estrutura

Este guia se divide em quatro partes principais. A primeira parte fornece informações básicas sobre a educação como estratégia para enfrentar o discurso de ódio; a segunda revisa as definições, as causas profundas, os desafios contextuais e as tensões entre os marcos de políticas nacionais e internacionais; a terceira explora as respostas ao discurso de ódio, detalhando o papel dos sistemas e das práticas educacionais e pedagógicas, e discutindo o papel das políticas educacionais, das pedagogias e práticas de sala de aula, dos currículos e livros didáticos, da liderança, da gestão escolar e das parcerias; e a quarta sugere estratégias para avaliar a efetividade das políticas e práticas educacionais quanto à abordagem do discurso de ódio, concluindo com a recomendação de recursos que podem ser úteis.

6 Neste guia, a expressão "crimes de atrocidade" se refere a genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, conforme definido pelo direito internacional.

2. Contexto

2.1 Por que a educação?

Com frequência, as ações para combater o discurso de ódio são consideradas pela lente da moderação e dos marcos regulatórios, com um foco particular na remoção de conteúdos, na "deplataformização"[7] das redes sociais ou na oposição a essas medidas com base em alegações de censura injusta.[8] Dentro e entre os países há debates em andamento sobre as políticas apropriadas, como fazer cumprir normas ou leis (como leis antitruste) para regular as comunicações e seus aspectos relacionados, e sobre a implementação de estratégias para responsabilizar empresas de internet ou plataformas de redes sociais quando a violência é fomentada ou planejada em suas páginas. Essas discussões, embora sejam essenciais, às vezes oferecem apenas respostas imediatas ou de curto prazo para o problema das manifestações de ódio, e as estratégias regulatórias devem ser consideradas de maneria cuidadosa, à luz do efeito inibidor que as leis restritivas tiveram sobre a democracia em algumas partes do mundo, em especial em locais onde a legislação não está totalmente alinhada com o direito internacional dos direitos humanos. Há também uma ampla gama de estratégias não regulatórias para enfrentar o discurso de ódio e restringir sua produção, circulação (em espaços *online* e *offline*) e impactos, particularmente nas esferas social e educacional.[9]

O discurso de ódio – como é detalhado ao longo deste guia – tem a capacidade de criar, de várias maneiras, ambientes de vida e de aprendizagem inseguros e injustos. Em ambientes escolares formais, a retórica do ódio pode se manifestar em currículos formais e livros didáticos, em interações em sala de aula de professores com estudantes, entre colegas durante as aulas, nos corredores, refeitórios ou em clubes extracurriculares, em eventos de atletismo e durante outras atividades. A retórica do ódio também pode permear ambientes de aprendizagem informal e não formal – como clubes de escotismo, equipes esportivas fora da escola e atividades recreativas para crianças e adultos – e ambientes instrucionais extraescolares, coros e orquestras comunitários, aulas de arte, sessões de tutoria, clubes do livro e assim por diante.

O discurso de ódio não é, obviamente, um problema apenas para os sistemas educacionais. Da mesma forma, a educação não pode ser vista como a única solução ao invés de uma parte essencial de uma abordagem mais ampla e multissetorial que engloba prevenção, mitigação e esforços para combater o problema no contexto de políticas mais amplas relacionadas à segurança, aos direitos humanos e à não discriminação.

A linguagem de ódio desumaniza, ameaça e pode incitar hostilidade, discriminação, *bullying* e outras formas de violência contra as vítimas em uma ampla variedade de contextos

7 Do inglês *deplatforming*, o termo se refere a recusar a alguém a oportunidade de divulgar publicamente suas ideias ou crenças, porque tais crenças são consideradas perigosas ou inaceitáveis.

8 Para uma discussão mais completa, consultar "Conclusion: policing speech in a centralizing Internet", em Kaye (2019, p. 112-126).

9 Ver UNESCO. *Addressing hate speech on social media:* contemporary challenges. Paris, 2021. Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379177.

públicos e privados, tanto *online* quanto *offline*. Ela também pode agravar ou reforçar desigualdades e discriminações persistentes. O discurso de ódio pode ser particularmente perigoso em momentos de tensão, conflitos e crises – isso porque ele alimenta o extremismo violento e, nos casos mais graves, é um precursor ou causador de crimes de ódio e outras atrocidades. A educação deve ser vista como parte da resposta a um chamado mais amplo por investimentos preventivos de longo prazo para abordar o problema, a fim de construir resiliência sistêmica ao discurso de ódio e fortalecer a valorização dos direitos humanos como a base para sociedades mais pacíficas e inclusivas.

O fortalecimento das respostas educacionais requer um sistema resiliente, no qual a retórica excludente e o discurso de ódio têm menores probabilidades de criar raízes e no qual estudantes resilientes têm menores probabilidades de serem influenciados pelo discurso de ódio. Isso está no cerne da Agenda da Educação 2030 e dos esforços para alcançar a Meta 4.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que aborda os propósitos sociais, morais e humanísticos da educação.[10]

Em consonância com o ODS 4, todos os estudantes, em particular os jovens, merecem uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, que respeite e promova os direitos humanos, ao mesmo tempo garantindo o empoderamento por meio do diálogo, com o objetivo de promover um senso compartilhado de humanidade. A importante luta contra o discurso de ódio por meio da educação exige uma abordagem multifacetada e integrada com ênfase, entre outros aspectos, na educação para a paz e na Educação para a Cidadania Global (Meta 4.7), na educação intercultural, na prevenção do extremismo violento, no fortalecimento do Estado de direito e na educação sobre passados violentos, incluindo a sobre o Holocausto e a prevenção do genocídio.

Enfrentar o discurso de ódio por meio da educação significa fortalecer a capacidade dos sistemas educacionais, incluindo instituições e educadores, de fornecer ambientes de aprendizagem seguros e inclusivos, livres de ódio, que respeitem os direitos humanos e apoiem diferentes culturas, crenças e identidades raciais, religiosas, sexuais e de gênero. Isso requer uma abordagem que enfrente de forma ativa todas as formas de intolerância e discriminação e que procure assegurar a justiça e a equidade ao mesmo tempo em que atua para combater o ódio, o assédio e a violência. Envolve estratégias para educar os estudantes de todas as idades sobre o discurso de ódio, de modo a destacar as ligações entre ataques verbais e violência física, o papel desse discurso em narrativas de extremismo violento e o potencial da propaganda de ódio para alimentar a violência, os conflitos e os crimes de atrocidade. Isso inclui fornecer aos estudantes os conhecimentos, as habilidades e as atitudes para que se tornem pensadores críticos, bem como uma capacidade de diálogo intercultural que ajudará a reconhecer e rejeitar a propaganda desumanizadora e a desinformação. Também inclui reforçar a resiliência ao discurso de ódio, permitindo que os estudantes circulem em ambientes *online* com segurança e responsabilidade.

Em última análise, o objetivo é que cada comunidade tenha ambientes de vida e de aprendizagem seguros, inclusivos e respeitosos, onde todos os indivíduos sintam

10 Tais abordagens estão alinhadas com o trabalho da UNESCO sobre Educação para a Cidadania Global (ECG), que visa fornecer aos estudantes conhecimentos, habilidades, valores e atitudes para contribuam ativamente para sociedades mais pacíficas, sustentáveis e inclusivas, de acordo com a Meta 4.7 dos ODS. Exemplos de genocídio incluem o contra os tutsis, em Ruanda, e o de Srebrenica, na Bósnia e Herzegovina.

que pertencem, sejam respeitados, tenham um senso de propósito e possam interagir com os outros por meio das diferenças e com tolerância, compaixão, paciência, empatia e espírito colaborativo. Educadores e estudantes precisam cultivar a capacidade de encontrar um equilíbrio entre o que, às vezes, pode parecer objetivos contraditórios, como adquirir as habilidades para demonstrar autoconfiança e trabalho em equipe colaborativo ou se comprometer a aderir a regras e políticas, ao mesmo tempo em que continuam sendo pensadores críticos e defensores (*advocates*) da mudança. A tarefa de enfrentar o discurso de ódio deve ser integrada em contextos e missões educacionais mais amplos, para garantir que educadores e estudantes estejam comprometidos não apenas com as normas legais ou institucionais, mas também com os valores morais, éticos e culturais compartilhados da comunidade.

Nesse sentido, enfrentar o discurso de ódio não é apenas uma tarefa técnica a ser integrada no processo de aprendizagem acadêmica, mas também uma parte dos processos educacionais mais amplos de socialização no que se refere à construção da comunidade, à formação de identidades e à diversidade.

Discurso de ódio e liberdade de expressão

A Estratégia e Plano de Ação das Nações Unidas contra o Discurso de Ódio atribui uma ênfase especial ao papel da educação como uma ferramenta para enfrentar o discurso de ódio, destacando ainda a necessidade de se proteger e promover o direito à liberdade de opinião e expressão. O desafio de enfrentar esse tipo de discurso é particularmente complexo quando há impacto na necessidade concomitante de se promover a liberdade de expressão como um direito humano fundamental, protegido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e por outras convenções sobre o tema.[11] As normas internacionais sobre a proteção das liberdades de opinião e expressão incluem, entre outros elementos, críticas ou discursos ofensivos, perturbadores, humilhantes ou chocantes, mas não permitem a imposição de restrições com base apenas em um comentário que tenha ofendido determinado indivíduo ou grupo. As complicações decorrentes da necessidade de se respeitar simultaneamente dois conjuntos fundamentais de direitos humanos – a liberdade de expressão e o direito de viver com dignidade e segurança pessoal – estão no centro dos desafios governamentais para enfrentar o discurso de ódio.[12] As acusações de discurso de ódio também podem ser usadas para limitar a liberdade de expressão, ou como motivo para reprimir as atividades de defensores dos direitos humanos e jornalistas. Assim, os governos devem buscar estratégias educacionais preventivas que abordam o crescente problema do discurso de ódio, ao mesmo tempo em que se esforçam para proteger a liberdade de expressão.

Isso ocasiona desafios especiais para os educadores, que, muitas vezes, não têm formação adequada em uma série de questões relacionadas ao ódio e à violência, incluindo a prevenção do *bullying* e a violência não intencional. Os educadores precisam de apoio, à medida que aprendem a encontrar um equilíbrio entre o ensino das normas e dos direitos relacionados à liberdade de expressão – um componente pedagógico essencial para a aprendizagem, o debate crítico, o diálogo em sala de aula e as conversas com os

11 Ver Tsesis (2002, 2020).

12 A UNESCO descreve a diferença entre discurso de ódio e liberdade de expressão no seguinte vídeo explicativo: https://www.youtube.com/ watch?v=JirA4suOdXI.

professores – e, ao mesmo tempo, proteger os estudantes do discurso de ódio. Embora os sistemas educacionais não devam permitir que funcionários, estudantes ou currículos disseminem preconceitos, insultos de ódio e desinformação, eles não devem, como regra, defender a censura.

De fato, o discurso de ódio limita a liberdade de expressão das pessoas atingidas, quando elas não se sentem seguras para se expressar livremente em ambientes em que enfrentam linguagens ou narrativas de ódio; isso é verdade tanto em ambientes educacionais *offline* quanto na esfera *online*. Portanto, enfrentar o discurso de ódio é, em si mesmo, um ato de apoio à liberdade de expressão.

As mensagens públicas sobre os esforços educacionais para enfrentar o discurso de ódio podem ser usadas para destacar a importância da liberdade de expressão como um dos direitos essenciais que crianças e jovens devem aprender na escola, ao mesmo tempo em que explicam como e por que a linguagem de ódio vai contra os valores universais. Assim, é possível – e necessário – simultaneamente proteger a liberdade de expressão e condenar o discurso de ódio.

Compreender o papel potencial dos sistemas de educação no fomento do ódio

Com frequência, as instituições educacionais têm sido os agentes de homogeneização em países e regiões específicas, pois os estudantes são obrigados a aprender uma língua comum, a seguir um currículo único e a aderir a um conjunto compartilhado de normas e valores. Em alguns casos, os sistemas de educação também são instrumentalizados para disseminar ideologias de ódio e para promover doutrinação política, propaganda, censura e segregação, com seus currículos e práticas de ensino usados ativamente para espalhar ideias patrocinadas pelo Estado e incutir vieses a fim de prejudicar os estudantes. Esse papel potencialmente negativo deve ser reconhecido nas políticas e nas práticas que visam promover sistemas educacionais mais inclusivos, livres de discurso de ódio e discriminação.

A experiência vivida pelos estudantes em relação à diversidade e ao tratamento justo e equitativo por parte de todos os membros da comunidade escolar – desde os professores, colegas e pais ou responsáveis, até o pessoal da limpeza e refeitório e os responsáveis pela segurança – molda o que eles sabem, o que pensam e como agem. Os estudantes são observadores atentos, por exemplo, das hierarquias de exclusão e inclusão na equipe educacional, ou até que ponto a diversidade se reflete ou não na liderança de uma escola ou universidade. Políticas e práticas de ambientes educacionais – dos processos de contratação, passando pela segregação linguística até os nomes e mascotes das escolas e a escolha de obras de arte, comemorações, viagens de campo e palestrantes convidados – são sinais, para os estudantes e a comunidade em geral, que podem contestar ou reforçar as desigualdades e os silêncios de longa data em suas representações. A cultura do processo decisório de cada escola tem um impacto potencial nas decisões subsequentes dos estudantes de produzir, compartilhar ou disseminar mensagens de ódio e propaganda desumanizadora.



3. Decodificar o discurso de ódio: causas, desafios e consequências

3.1 Definição de discurso de ódio

Não existe uma definição legal ou internacional comumente acordada de *discurso de ódio*, o que cria um obstáculo significativo aos esforços para abordar o fenômeno. Da mesma forma, as caracterizações do que significa "de ódio" são controversas, contestadas e muitas vezes apresentam uma carga emocional. No contexto deste guia – e conforme definido pela Estratégia e Plano de Ação das Nações Unidas contra o Discurso de Ódio –, a expressão *discurso de ódio* se refere a qualquer tipo de comunicação ou comportamento, falado ou escrito, que ataca ou utiliza linguagem pejorativa ou discriminatória em relação a uma pessoa ou a um grupo com base no que eles são – em especial, grupos historicamente vulneráveis, "minorias" visadas devido a aspectos como religião, etnia, nacionalidade, raça, cor, ascendência, gênero ou outras formas de identidade.[13] O discurso de ódio é humilhante, discriminatório e muitas vezes enraizado em – ao mesmo tempo em que produz – intolerância e desprezo.

A tarefa de definir discurso de ódio é ainda mais dificultada pela existência de vários termos relacionados, alguns dos quais são utilizados ao longo deste guia, tais como:

- *desinformação* – informações falsas que são divulgadas de maneira deliberada para causar danos ou para induzir ao erro de forma intencional. Um público mal informado pode, involuntariamente, promover a disseminação de mensagens com conteúdo falso;
- *informação incorreta* – informações falsas que são compartilhadas sem a intenção deliberada de causar danos ou manipular;
- *má informação* – fatos usados fora de contexto ou com a intenção de manipular ou enganar;
- *propaganda* – informação falsa, tendenciosa ou enganosa que tem como objetivo enganar, manipular ou persuadir as pessoas a adotarem um determinado ponto de vista político ou ideológico.[14]

Objetivos e impactos do discurso de ódio

O discurso de ódio é propagado por uma ampla gama de razões, como ocorre em uma tentativa deliberada de polarizar, dividir, provocar e aterrorizar uma população ou os membros de grupos especificamente visados. Também pode resultar da baixa escolaridade e do racismo social subjacente, da misoginia, da discriminação ou da animosidade em relação

13 Consulte a Estratégia e Plano de Ação das Nações Unidas contra o Discurso de Ódio (maio de 2019), disponível em: https://www.un.org/en/genocide- prevention/hate-speech-strategy.shtml Veja também a publicação "United Nations Strategy and Plan of Action on Hate Speech: detailed guidance on implementation for United Nations field presences", disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/3889286?ln=en. Para uma tipologia detalhada sobre conteúdos de ódio, consultar a Tabela 1.1. em Banaji e Bhat (2022, p. 21).

14 Para definições mais detalhadas, ver Buchanan (2020), Lock e Ludolpf (2019) e Reino Unido (2019).

a minorias sexuais e religiosas. Os impactos do discurso de ódio também podem variar muito, dependendo, em parte, de quem o está espalhando ou se recusando a condená-lo. O discurso de ódio tem sido um fator em todos os tipos de atrocidades cometidas no mundo, de *pogroms*[15] e genocídios a linchamentos.[16] Os impactos do discurso de ódio também variam de acordo com as dinâmicas de poder. Quando autoridades eleitas, líderes escolares, professores, pais, responsáveis, treinadores de atletismo ou outros membros da comunidade permanecem em silêncio diante do aumento dos níveis de discurso de ódio, isso muitas vezes é interpretado como indiferença, o que pode agravar os danos causados aos alvos desse discurso; em alguns casos, os funcionários acendem o fogo e atiçam as chamas do ódio. As várias questões relacionadas aos objetivos e impactos devem ser consideradas na resposta ao discurso de ódio.

Formas de discurso de ódio

O discurso de ódio pode ser disseminado por uma ampla gama de formas orais, escritas e visuais: da palavra falada e impressa em declarações, discursos, notícias, *blogs* e textos por meio de imagens estáticas e em movimento, memes e desenhos, até sons, músicas e muitas outras.[17]

Ele pode ser expresso por sinais feitos com as mãos e outros gestos não verbais. Pode aparecer na forma de informações incorretas e desinformação disseminadas pela mídia impressa e de transmissão tradicional, bem como por meio de novas mídias digitais de redes sociais e plataformas de mensagens, vídeos *multiplayer*, *sites* de servidores de jogos, jogos de realidade virtual (RV), páginas de *blogs* pessoais e de grupo, e *sites* de compartilhamento de arquivos criptografados anônimos. Também pode se espalhar por meio de reuniões comunitárias e pela iconografia de panfletos e cartazes, em grafites, banners, adesivos e insígnias ou gráficos codificados em roupas e mercadorias.

As novas tecnologias estão transformando não apenas os meios de transmissão, disseminação e acesso ao discurso de ódio, mas também seu conteúdo e sua influência política. À medida que os fóruns digitais cada vez mais se tornam arenas para a liberdade de expressão, o setor de tecnologias da informação e comunicação (TIC), na filtragem e moderação de conteúdo *online*, desempenha um papel cada vez mais importante – em âmbito mundial – na determinação efetiva do que é veiculado no espaço público. A tecnologia é uma ferramenta poderosa não apenas para promover, mas também para contestar o discurso de ódio, por meio da disseminação de narrativas alternativas e contradiscursos.

Causas profundas do discurso de ódio

As causas profundas do discurso de ódio são complexas e estão incorporadas na história local, nacional e mundial, bem como nas dinâmicas contemporâneas de poder, exclusão e discriminação contra os membros de grupos de identidade racial, étnica, religiosa, de gênero, sexual e outros. Não é possível apontar uma única fórmula ou causa que levou à proliferação do discurso de ódio, mas os conjuntos de dinâmicas que ocasionam tal processo são claros.

15 *Pogrom* é uma palavra russa que significa "causar estragos, destruir violentamente". Historicamente, o termo se refere aos violentos ataques físicos da população em geral contra os judeus, tanto no Império russo como em outros países.

16 Ver Banaji e Bhat (2022).

17 Ver Miller-Idriss (2022) e Thorleifsson (2021)..

O discurso de ódio é agravado pelo aumento do nacionalismo populista e da xenofobia em discursos de campanhas eleitorais e pela percepção de legitimação da retórica de ódio quando políticos, líderes religiosos e a grande mídia produzem e fazem circular desinformação, propaganda, ideias racistas e xenófobas, ou teorias da conspiração direcionadas a um determinado grupo de pessoas.[18] Existe uma conexão clara entre a integração do discurso de ódio e a probabilidade de violência física contra indivíduos e grupos-alvo. O oposto também é verdade: quando líderes políticos e da mídia se unem para contestá-lo, desmascará-lo e combatê-lo, o discurso de ódio pode ser reduzido.

Em última análise, o discurso de ódio está enraizado no preconceito e na falta de valorização da diversidade, de diferenças culturais e de opiniões divergentes. Essas atitudes e posturas são aprendidas e, assim, podem ser desaprendidas.

Consequências do discurso de ódio

As consequências do aumento irrestrito do discurso e das manifestações de ódio apresentam muitas camadas. O discurso de ódio geralmente antecede atos de violência dirigidos contra determinados grupos e indivíduos, representando uma ameaça direta à segurança; desumaniza as pessoas, infringe seus direitos humanos e as expõe a sofrimento psicológico; além disso, dependendo de seu escopo, escala e nível de institucionalização, pode ter um impacto significativo nos ambientes de vida e aprendizagem de formas que minam a coesão social. Por essas razões, os formuladores de políticas devem assumir um compromisso de longo prazo para enfrentar esse discurso, a começar pelo setor da educação.

O discurso de ódio serve tanto para unir os membros de um grupo quanto para separá-los dos indivíduos que não fazem parte dele. Como uma forma de comunicação que divide entre "nós" e "eles", muitas vezes estabelece uma ameaça existencial que vem do "outro", o que pode incitar uma reação negativa que, por sua vez, é expressa em termos que a descrevem como a defesa ou a proteção heroica do próprio grupo. Narrativas que difundem ideias sobre "pureza" e "poluição", por exemplo, podem anteceder ações violentas contra o "outro" desumanizado, criando um terreno fértil para o florescimento da violência e abrindo caminho para o extremismo violento. Essa ligação entre discurso de ódio e incitação à violência, preconceito e atos discriminatórios está bem documentada.

O discurso de ódio, portanto, é perigoso. Existem amplos estudos de casos históricos que demonstram como ele tem sido associado à incitação e à prática de crimes de atrocidade – contra os judeus na Europa, os muçulmanos na Bósnia e Herzegovina, os tutsis em Ruanda, os iazidis no Iraque e os rohingyas em Mianmar, para citar apenas alguns exemplos. O discurso de ódio deve ser considerado uma "bandeira vermelha", um sinal de alerta no caminho para o genocídio e outros crimes de atrocidade, conforme detalhado no Marco de Análise das Nações Unidas sobre Crimes de Atrocidade.[19] Embora nem todos os casos específicos de discurso de ódio resultem em formas extremas de violência, atos violentos que visam indivíduos ou grupos devido à sua identidade – incluindo agressões, assassinatos e atos de extremismo violento – raramente

18 Piazza, James. When politicians use hate speech, political violence increases. *The Conversation*, 2020. Disponível em: https://theconversation.com/when-politicians-use-hate-speech-political-violence-increases-146640.

19 United Nations. *United Nations Framework of Analysis for Atrocity Crimes:* a tool for prevention. New York, 2014. Disponível em: https://www.un.org/en/ genocideprevention/documents/about-us/Doc.3_Framework%20of%20Analysis%20for%20Atrocity%20Crimes_EN.pdf.

ocorrem sem que o ódio e a discriminação tenham sido semeados antes, por meio da disseminação sistemática e generalizada do discurso e de manifestações de ódio. Conforme observado pela relatora especial do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre questões de minorias, "crimes de ódio raramente ocorrem sem estigmatização prévia e desumanização de grupos-alvo, e incitação a incidentes de ódio".[20] Assim, o discurso de ódio é usado para fomentar a raiva, mobilizar a violência e desumanizar indivíduos que são considerados uma ameaça. Tendo em vista a ligação bem documentada entre discurso de ódio e violência, o combate às manifestações de ódio deve ser considerado um componente fundamental das estratégias de prevenção e de intervenção para reduzir a violência direcionada e o extremismo radical.

Mesmo quando não resulta em ações violentas, o discurso de ódio afeta as comunidades – e, em particular, os sistemas educacionais – de maneira suficientemente grave para justificar um trabalho político sério a fim de reduzir sua criação e circulação. Isso é especialmente verdadeiro no que diz respeito ao setor de educação, porque o discurso e as manifestações de ódio prejudicam sua capacidade de garantir um ambiente de aprendizagem seguro, respeitoso e equitativo. O discurso de ódio sustenta e reforça injustiças e desigualdades sistêmicas e tem impactos negativos sobre os indivíduos e membros de grupos-alvo que vivenciam múltiplas formas de trauma; esse tipo de discurso faz com que eles se sintam desumanizados, silenciados e ameaçados – portanto, inseguros e com medo, de modo que seus níveis de desempenho educacional e taxas de retenção ou não conclusão têm se mostrado insuficientes.

Em relação aos educadores, é difícil para eles contestar e desconstruir as ideologias que influenciaram sua socialização ao longo da vida. Ao mesmo tempo, aqueles que não têm consciência de seus vieses e preconceitos arraigados ou que desconhecem o discurso de ódio – seja porque eles mesmos são cúmplices da ideologia que deu origem ao discurso, porque sentem que não têm as habilidades para lidar com isso de forma adequada, ou mesmo porque pertencem a grupos-alvo e têm medo de provocar ataques individualizados – podem dar a impressão de que aprovam ou são indiferentes ao ódio. Como mencionado anteriormente, tal atitude pode aumentar os danos às vítimas, fazendo com que elas sintam medo em seus próprios bairros, locais de trabalho e escolas, e induzindo-as a alterar a forma como levam sua vida diária de modos que equivalem a uma violação do seu direito de gozo igualitário de bens e serviços públicos e acesso à educação. Portanto, enfrentar o discurso de ódio é essencial para proteger os direitos humanos e garantir a criação e a manutenção de ambientes de aprendizagem seguros e respeitosos, a fim de promover a inclusão social e a equidade na educação.

20 United Nations Human Rights Council. *Report of the Special Rapporteur on minority issues, Rita Izsák*. 5 de janeiro. A/HRC/9/13. New York, 2015. Disponível em: https://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/28/64.

3.2 Quem determina os limites do discurso de ódio?

A questão de quem determina os limites do discurso de ódio é complexa. Embora não haja uma definição legalmente acordada sobre o que é esse tipo de discurso, como discutido acima (3.1 Definição de discurso de ódio), em diferentes contextos nacionais e regionais há regulamentos em vigor que ajudam a determinar os limites em um determinado local ou país; também existem padrões e marcos internacionais em vários acordos e tratados multilaterais sobre direitos humanos que especificam se e como o discurso de ódio pode ter seu escopo reduzido; e existem ainda regulamentos especiais sobre conteúdo *online* tanto elaborados pelas empresas de tecnologia quanto derivados das normas nacionais ou regionais para proteger a privacidade dos indivíduos. Cada um desses conjuntos de regulamentos fornece orientações sobre os limites do discurso de ódio e sobre como reduzir seu escopo.

Em todo o mundo, no entanto, a questão relativa a saber se e como proibir o discurso de ódio é um assunto que dá origem a consideráveis desacordos e contestações, com variações significativas entre os contextos regionais e nacionais. A maioria das normas internacionais reconhece que o exercício do direito à liberdade de expressão não é absoluto e que pode estar sujeito a certas restrições justificadas. Os marcos internacionais de direitos humanos tendem a limitar a definição de discurso de ódio a expressões que incitam à violência, à discriminação ou a hostilidades, a fim de salvaguardar o livre fluxo de informações e impedir a supressão de discursos, para não restringir o direito à liberdade de expressão.[21] O discurso incitador é muito perigoso, pois visa, de forma explícita e deliberada, provocar discriminação, violência, terrorismo ou crimes de atrocidade. As normas internacionais que fornecem orientações sobre esse ponto incluem as estabelecidas no Artigo 3 da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1951) e no Artigo 20 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), que especifica que os Estados devem proibir por lei toda e qualquer propaganda de guerra ou "defesa do ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitamento à discriminação, à hostilidade ou à violência". Certas normas internacionais e tratados multilaterais exigem restrições à manifestação de ódio, mesmo que não inclua a incitação à violência ou à discriminação. O Artigo 19.3 do PIDCP estabelece que a liberdade de expressão pode ser limitada nos casos previstos por lei e, se necessário, tal ação deve ser proporcional ao respeito pelos direitos, à reputação de terceiros ou à proteção da segurança nacional, da ordem, da saúde ou da moral públicas. A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial especifica a necessidade de se restringir expressões que compartilhem ideias sobre a superioridade ou a inferioridade de pessoas "distinguidas por raça".

21 Para uma discussão mais aprofundada sobre o assunto, ver UNESCO. *Education as a tool for prevention:* addressing and countering hate speech. ED-2021/WS/3. Paris, 2021, p. 9. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379146.

Quadro 1 – Marcos de ação

Em âmbito mundial, paralelamente à Declaração Universal dos Direitos Humanos, que não é vinculativa, o **Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos** dá seguimento ao direito à liberdade de expressão (Artigo 19) com a proibição de qualquer defesa do ódio que constitua incitação à discriminação, à hostilidade ou à violência (Artigo 20). Os Artigos 19 e 20 também impõem limitações à restrição da liberdade de expressão – tais restrições podem "ser apenas aquelas previstas por lei e necessárias: (a) [para] ou em respeito pelos direitos ou reputação de terceiros"; e "(b) [para] ou proteção da segurança nacional ou da ordem pública, ou da saúde pública ou moral". De acordo com o **"teste de três partes"** da UNESCO sobre os limites legítimos à liberdade de expressão, quaisquer restrições devem seguir os seguintes princípios: (1) *legalidade* – a restrição deve ser claramente expressa e prescrita por lei; (2) *legitimidade* – deve ser implementada para proteger os direitos humanos dos outros; e (3) *necessidade e proporcionalidade* – deve ser razoavelmente adequada à situação em questão. A UNESCO fornece detalhes sobre o teste de três partes em um vídeo explicativo: https://www.youtube.com/watch?v=Wg8fVtHPDag

Complementando esses princípios, o **Plano de Ação de Rabat sobre a proibição da defesa do ódio nacional, racial ou religioso que constitui incitação à discriminação, à hostilidade ou à violência** propõe um "teste de limiar de seis partes" para justificar restrições à liberdade de expressão, considerando o contexto social e político, o status do autor do discurso, a intenção de incitar o antagonismo, o conteúdo do discurso, a extensão de sua disseminação e a probabilidade de ele ser prejudicial.

Também importante no que diz respeito ao discurso de ódio é a **Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial**, que tem uma cláusula mais rigorosa do que o Artigo 20 do PIDCP, uma vez que não requer evidência de intenção ou a "defesa do ódio" e inclui a disseminação na lista de práticas puníveis.

Outros instrumentos relevantes para a questão incluem a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (*Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women* – Cedaw).

Os Princípios de Camden sobre Liberdade de Expressão e Igualdade, desenvolvidos pela organização de direitos humanos Artigo 19 com base em discussões com especialistas das Nações Unidas, de universidades e da sociedade civil, fornecem orientação interpretativa sobre os artigos relevantes do PIDCP e buscam dissuadir os atores de abusar do Artigo 20, especificando as questões que envolvem "incitação", bem como o que constitui "discriminação", "hostilidade" e "violência".

Em outros contextos, como no setor privado, as definições de discurso de ódio são ainda mais específicas e complexas. Empresas de tecnologia e plataformas de redes sociais, por exemplo, desenvolvem suas próprias definições com base em políticas de conduta dos usuários que permitem a deplataformização ou a moderação de conteúdo, com base em violações de seus termos de serviço.[22]

Embora instrumentos internacionais, políticas nacionais e regulamentos privados possam fornecer orientações sobre os limites do discurso de ódio, não há um acordo universal entre os marcos nacionais e internacionais sobre o estabelecimento de tais limites. Cada país – assim como cada empresa de tecnologia e plataforma de rede social – tem seus próprios regulamentos, orientações legais e marcos legislativos para demarcar o discurso de ódio ilegal e as várias formas de proteger a liberdade de expressão. Muitas vezes, essas regras são profundamente contextuais e relacionadas à história ou à experiência do país no que se refere ao ódio, ao genocídio e à violência contra grupos minoritários específicos ou historicamente excluídos. Em muitos países europeus, normas legais específicas sobre antissemitismo ou negação do Holocausto, por exemplo, são consequências da experiência histórica e do legado desse genocídio contra o povo judeu.[23] A Alemanha, por exemplo, até proibiu conteúdos que não estejam vinculados à "violência provável", como a suástica ou outros símbolos e códigos ligados diretamente ao movimento nacional-socialista. Nos Estados Unidos, por outro lado, as restrições somente podem ser consideradas em relação a um "perigo claro e presente" (*clear and present danger*).

Apesar das variações, todos os países estão inseridos em um sistema mundial de marcos internacionais de direitos humanos que estabelecem e protegem os direitos relacionados à liberdade de expressão e de as pessoas não se sujeitarem a danos e discriminação.

A orientação detalhada para as ações práticas da ONU na implementação da Estratégia e Plano de Ação das Nações Unidas contra o Discurso de Ódio abrange e sugere possíveis respostas para três níveis de discurso de ódio: superior, intermediário e inferior.[24] Como foi mencionado acima, as formas mais graves ou de nível superior de discurso de ódio são proibidas pelo ordenamento jurídico internacional, conforme definido no Artigo 20.2 do PIDCP e pelo Artigo 4 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Uma manifestação que defende a incitação à discriminação, à hostilidade ou à violência é considerada grave o suficiente para constituir um crime quando preenche todos os critérios do teste de limiar de seis partes estabelecido pelo Plano de Ação de Rabat. Formas intermediárias de discurso de ódio podem ser proibidas pelo direito internacional, mesmo que não atinjam o limiar de incitação mencionado acima, em circunstâncias específicas.

As formas menos graves – ou de nível inferior – de discurso de ódio não podem ser sujeitas a restrições legais sob o direito internacional, incluindo manifestações ofensivas, chocantes ou perturbadoras, que toleram ou negam eventos históricos, que são blasfêmias (no contexto religioso) e que podem ser classificadas como desinformação, informação incorreta ou má informação.

22 Para mais informações sobre esses tratados e normas internacionais, ver Gagliardone *et al.* (2015).

23 A negação do Holocausto foi denunciada pela comunidade internacional por meio da Resolução 76/250 da Assembleia Geral das Nações Unidas, aprovada em 20 de janeiro de 2022. Na Europa, mais de 25 países aprovaram leis contra a negação do Holocausto.

24 *Detailed guidance for United Nations field presences on implementation of the United Nations Strategy and Plan of Action on Hate Speech*, disponível em: https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/UN%20Strategy%20and%20PoA%20on%20Hate%20Speech_Guidance%20on%20Addressing%20in%20field.pdf

Os três níveis de discurso de ódio, de acordo com a Estratégia e Plano de Ação das Nações Unidas		
Nível	**Definição e exemplos**	**Resposta legal**
Nível superior	Discurso de ódio que constitua incitação à discriminação, à hostilidade ou à violência e preencha todos os critérios do teste de limiar de seis partes, tais como: • Incitação ao genocídio e outras violações do direito internacional. • Incitação à discriminação, à hostilidade ou à violência. • Incitação à discriminação racial.	Deve ser proibido pelo direito internacional.
Nível intermediário	Discurso de ódio que não atinge o limiar de incitação, como: • Ameaças de violência. • Assédio motivado por preconceito.	Somente pode ser restringido se cumprir o teste de três partes do Artigo 19 do PIDCP.
Nível inferior	São as formas menos graves de discurso de ódio, tais como: • Manifestações ofensivas, chocantes ou perturbadoras. • Condenação ou negação de eventos históricos. • Discurso blasfemo. • Desinformação, informação incorreta e má Informação.	Não deve ser proibido, mesmo que seja ofensivo, mas ainda assim deve ser tratado por meio de medidas não legais.

3.3 Desafios contextuais

O aumento, visto em todo o mundo, do discurso de ódio faz parte de um conjunto mais amplo de desafios específicos e contextuais, incluindo o declínio da coesão social e da confiança nas instituições democráticas, o aumento do autoritarismo e o apoio à violência política.[25] Nos últimos anos, ocorreu um aumento dos níveis de alienação e de participação no extremismo, especialmente entre os jovens[26]; da circulação de desinformação e teorias da conspiração, cuja virulência contribuiu para o desmantelamento das normas democráticas e para a erosão da confiança na ciência, nos governos e em outras instituições em todo o mundo[27]; e do extremismo violento, que em muitos locais foi tratado com respostas cada vez mais militarizadas, o que pode aumentar ainda mais a nível de ansiedade das sociedades, já no limite e em luto devido à pandemia da COVID-19. Essas questões

25 Ver Borkowska e Laurence (2021), Cooley e Nexon (2022), Kleinfeld (2021), Sturm e Albrecht (2021) e Wiggins (2020).
26 Ver Adam-Troian *et al.* (2021), Harvey (2018) e Millerldriss (2022).
27 Ver Bennet e Livingston (2018).

afetam todas as pessoas em toda a sociedade, incluindo os professores e as equipes educacionais, os estudantes e suas famílias e a comunidade em geral, e sobrecarregam ainda mais os sistemas de educação com demandas para melhorar a alfabetização informacional e a responsabilidade no mundo digital, para promover a educação para a cidadania e o Estado de direito e para fortalecer o respeito pelas evidências científicas, entre outros.

O contexto interseccional das manifestações de ódio

O combate ao discurso de ódio faz parte de um conjunto mais amplo de desafios relacionados à intolerância e à discriminação que também devem ser enfrentados, mas que incluem várias questões estruturais e formas sistêmicas de desigualdade, como segregação habitacional ou escolar, diferentes direitos legais e os vieses informais e inconscientes vivenciados em termos de emprego, desempenho e conclusão educacional, entre outros. O discurso de ódio pode ser contestado e refutado por vários atores, incluindo líderes políticos, religiosos e comunitários, educadores, mentores, treinadores esportivos e defensores dos direitos humanos. Esses atores podem responder de maneira ativa aos instigadores ou perpretadores, e combater as mensagens de ódio, ao mesmo tempo em que defendem e garantem a proteção dos grupos-alvo.

As respostas educacionais ao discurso de ódio e a todas as formas de manifestação de ódio devem se basear na compreensão – e nas ações necessárias para abordar – da interseccionalidade do ódio e dos crimes a ele relcionados.[28] Embora a opressão e a subordinação possam ser consideradas "em uma única categoria"[29], as diferentes formas e modos de manifestação de ódio, discriminação e violência estão interconectadas. É importante, assim, considerar a natureza complexa da identidade e desconstruir tais entendimentos "singulares".

Algumas pessoas vivenciam mais ódio e discriminação na vida cotidiana do que outras devido a características como sua aparência física, raça, gênero ou sexualidade[30]; porém, aquelas que vivem na "interseção" de diferentes identidades suportam um fardo ainda maior diante da desumanização causada pelo ódio, pela discriminação e por qualquer tipo de violência decorrente. Quando uma pessoa muçulmana não branca[31] também pertence a um grupo indígena e se apresenta como transgênera e/ou ou não binária, por exemplo, infelizmente isso é um dos mais fortes indicadores de que ela será alvo, destinatário e/ou objeto de manifestações de ódio sustentadas e generalizadas.[32]

A manifestação de ódio e as tentativas de desumanização podem assumir a forma de microagressões ou de discriminação e violência sistemáticas. O termo *misogynoir*[33] agora é amplamente utilizado para se referir ao tratamento desumanizador e desrespeitoso de mulheres e meninas negras ou homens, e meninos gays *femme-presenting*[34] ou indivíduos não binários, em representações da mídia e manifestações *online*. O alvo em mulheres negras, muçulmanas

28 Ver Page *et al.* (2019) e Hill Collins e Bilge (2020).

29 Ver Crenshaw (1989, p. 140).

30 Ver Duncan (2018).

31 No original, *people of colour*, expressão utilizada nos países anglo-saxões. A expressão "pessoas não brancas" inclui latinos, asiáticos, indígenas e outros grupos étnicos não brancos.

32 Ver Banaji e Bhat (2022).

33 Misoginia direcionada a mulheres negras. Para mais informações sobre o termo, ver Bailey (2021).

34 Termo utilizado para descrever homens homossexuais que se identificam como femininos – física, mental ou emocionalmente – e que expressam essa identidade por meio de comportamentos, estilos ou escolhas de roupas mais femininos. Ver: https://www.swarthmore.edu/lgbtq/terminology.

e indígenas, pessoas não binárias e homens não brancos *femme-presenting*, por meio de discurso de ódio desumanizante desde a infância até a idade adulta – e como indivíduos ou grupos – pode ter consequências sistêmicas de longa duração: questões tão diversas quanto a resposta demorada nos tribunais[35]; humilhação nas mãos de agentes da lei[36]; tratamento lento ou de má qualidade em postos de saúde; e tratamento humilhante, negligência e *bullying* por parte de profissionais da educação, o que pode levar a resultados mais baixos em testes padronizados e desrespeito por queixas de assédio.[37]

O discurso de ódio também pode assumir a forma de tentativas reiteradas de sexualizar e desvalorizar as capacidades intelectuais de certos grupos. Ameaças de estupro e de outras formas de humilhação e violência sexual são usadas tanto para controlar quanto para obter favores sexuais de jovens, tanto por parte de outros jovens quanto por adultos membros da família e em ambientes comunitários, inclusive por figuras religiosas. Muitas pessoas não brancas que também são jovens lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e *queer* (ou pessoas que estão se questionando[38]), cujas famílias pertencem a uma comunidade religiosa, sofrem os múltiplos danos psicológicos de exclusão devido ao ódio homofóbico, religioso, de raça ou específico de gênero desde a infância; e a falta de reconhecimento do peso dessas experiências tem consequências duradouras para sua saúde mental, assim como um profundo impacto em seu desempenho educacional e em sua aprendizagem. De fato, há evidências que sugerem que as várias formas de discurso de ódio influenciadas pelas normas de gênero nas escolas – incluindo o *bullying* – resultam em perda de interesse, falta de concentração e incapacidade de estudar, o que ocasiona a notas mais baixas e a interrupção dos estudos, levando os estudantes ao abandono escolar e deixando-os com acesso limitado à universidade e menos oportunidades de emprego.[39]

Tais formas de discurso de ódio e discriminação infringem os direitos humanos das pessoas-alvo, incluindo sua liberdade de expressão. Defensores (*advocates*) da justiça social e da igualdade, mesmo os que defendem causas não relacionadas à sua identidade, por exemplo, são muito mais propensos a ser alvos se também pertencerem a um grupo ou comunidade que enfrenta discriminação e violência em um contexto local ou nacional.

Enquanto as mulheres parlamentares britânicas são alvo de misoginia de maneira desproporcional, por exemplo, as mulheres membros do parlamento (MPs) que são negras e/ou muçulmanas e que falam em nome das comunidades da classe trabalhadora, das pessoas não brancas ou dos migrantes são alvo de crimes de ódio e discursos discriminatórios de forma mais reiterada do que seus colegas brancos, sejam homens ou mulheres. No Brasil, para dar outro exemplo importante, as mulheres que participam da vida pública como professoras, políticas, jornalistas, verificadoras de fatos, sacerdotisas, ativistas e/ou médicas carregam os múltiplos fardos do ódio e da violência direcionados a vários aspectos de sua identidade; mulheres de ascendência indígena ou africana que também são lésbicas, bissexuais, transgêneras e *queer* (estão se questionando), ao defender grupos marginalizados, com frequência correm o risco de serem alvo de mensagens de ódio, agressões violentas ou até mesmo assassinatos.[40]

35 Crenshaw (1989).

36 Open Doors (2021).

37 Ahmed (2021).

38 No original, *questioning*. O termo se refere a pessoas que não desejam ou que ainda não são capazes de dizer qual é sua identidade de gênero ou sua orientação sexual.

39 UNESCO. *School-related gender-based violence (SRGBV):* a human rights violation and a threat to inclusive and equitable quality education for all. Paris, 2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/ pf0000374509?2=null&queryId=17735336-ba7f-45eb-a6d2-f8df82c3f155.

40 Lauris e Hashizume (2020).

Da mesma forma, homens e meninos frequentemente são os alvos e receptores de material de ódio que os representam de maneira deturpada e os depreciam por sua vida política, sexual e/ou privada e por sua fé. No entanto, o fardo da interseccionalidade suportado por mulheres e por pessoas não conformes quanto ao gênero[41] é claramente maior, pois essas pessoas também são atacadas de maneira odiosa por homens e mulheres cisgêneros e heterossexuais em suas próprias comunidades quando parecem ter transgredido algum código moral religioso ou secular.[42]

Quadro 2 – Assédio *online* contra mulheres jornalistas

As mulheres jornalistas são especialmente vulneráveis à violência *online* e ao discurso de ódio. Um estudo que a UNESCO realizou em 2021 descobriu que quase três quartos (73%) das jornalistas entrevistadas de 125 países sofreram violência *online*. O estudo também mostrou que racismo, fanatismo religioso, sectarismo, capacitismo, homofobia e transfobia se interseccionam com misoginia e sexismo para produzir uma exposição maior e impactos mais profundos para mulheres que sofrem múltiplas formas de discriminação de maneira simultânea. Jornalistas negras, indígenas, judias, árabes e lésbicas que participaram do estudo vivenciaram as taxas mais altas e os impactos mais graves da violência *online*.

ℹ Para saber mais, consultar: UNESCO. *The Chilling:* global trends in online violence against women journalists. Paris, 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377223.

A pandemia da COVID-19

A pandemia da COVID-19 agravou de várias formas as questões relacionadas ao discurso de ódio, especialmente no sistema de educação. Professores, líderes escolares, formuladores de políticas e estudantes tiveram que lidar com os impactos mais amplos de ordem social, econômica e de saúde que todos enfrentaram no auge da pandemia. Além do luto pela perda de entes queridos, estudantes e professores vivenciaram estresse e ansiedade quanto à possibilidade de transmissão da doença nas salas de aula ou em outros ambientes escolares. As normas sobre uso de máscaras se tornaram politizadas – o que levou a uma maior polarização e até mesmo a ataques violentos contra professores e funcionários das escolas – e a proliferação de desinformação e de teorias da conspiração relacionadas à pandemia – juntamente com propaganda e ódio antissemita, antimuçulmano, antinegro e anti-asiático – resultaram em um aumento significativo dos crimes de ódio contra grupos minoritários.[43] Todos esses impactos afetaram os sistemas educacionais e suas comunidades de estudantes e professores.

A pandemia também fez com que os sistemas de educação se transferissem, em um prazo muito curto, para plataformas virtuais de aprendizagem. A mudança maciça de milhões de estudantes em todo o mundo para ambientes de aprendizagem *online* – ou para nenhum tipo de escolaridade formal, especialmente em locais com acesso limitado à internet e dispositivos móveis – criou desafios adicionais quanto à disseminação do discurso

41 No original, *gender non-conforming people*. A expressão se refere a pessoas cuja identidade de gênero é diferente do sexo que lhes foi atribuído no nascimento.

42 Mkhize *et al.* (2010) e Perry (2014).

43 Anti-Defamation League (2020), Kayaoglu (2020) e Yellow Horse *et al.* (2021).

de ódio.[44] Em todo o mundo, as pessoas começaram a passar mais tempo *online* de uma forma sem precedentes, à medida que se isolavam de suas interações sociais normais, equipes esportivas e atividades presenciais.

Mundos *online* e *offline*

O ambiente *online* e as implicações da ampliação da conectividade criaram necessidades importantes em termos de políticas e práticas para proteger a dignidade humana e a liberdade de expressão. É fundamental reconhecer que os estudantes e funcionários passam muito do tempo de suas vidas no mundo digital, assim como no mundo físico. Muitos estudantes entram nas salas de aula já tendo sofrido impactos do discurso de ódio e assédio em espaços *online* – como vítimas e alvos, consumidores ou leitores, produtores e disseminadores. A disseminação das manifestações de ódio em espaços voltados para jovens, como *sites* de jogos *online*, o compartilhamento de memes e plataformas de redes sociais em formato de vídeo, é particularmente preocupante a esse respeito. Os algoritmos das redes sociais e as plataformas baseadas em inteligência artificial (IA), em especial, desempenham um papel significativo na disseminação do discurso de ódio, ampliando os formatos multimídia que transmitem esse tipo de discurso e ajudando muito em sua viralização e disseminação. Algoritmos de IA têm a capacidade de incorporar preconceitos ou discurso de ódio na rotulagem de dados, na tomada de decisões baseada em dados e nas recomendações de conteúdo, a fim de produzir câmaras de eco de informações orientadas para o ódio.

Professores ou educadores considerados de forma isolada não têm absolutamente nenhum controle sobre tais assuntos, mas devem estar cientes sobre como os aspectos relacionados à arquitetura da informação afetam o discurso de ódio na vida dos estudantes.

Esse discurso também é afetado pela habilidade que os usuários *online* têm de usar pseudônimos, manter várias contas com diferentes nomes e usar aplicativos criptografados e anônimos, os quais ajudam a alimentar o ódio e o assédio por parte de indivíduos que se sentem protegidos pelo anonimato. Isso, no entanto, não deve obscurecer o fato de que os indivíduos considerados isoladamente não são responsáveis pela produção e pela circulação do discurso de ódio. O aumento maciço da desinformação paga impulsionada por grandes blocos políticos, poderosos e bem estabelecidos em países de todo o mundo – que utilizam e fazem circular discurso de ódio e imagens desumanas para ganhar pontos ou votos – tem sido um fator muito importante na ampliação do discurso de ódio.[45]

Grande parte do problema ocorre nas redes sociais e nas plataformas de tecnologia cujos algoritmos geralmente dão destaque a conteúdos obscenos ou violentos para atrair mais cliques – em parte porque uma grande quantidade de cliques pode se traduzir em mais publicidade e maiores recompensas financeiras. Tais sistemas podem aumentar a circulação do discurso de ódio de tal forma que serão necessárias mais autorregulação e moderação, o que leva a um risco constante de exposição à desinformação amplamente divulgada, propaganda, teorias da conspiração e ódio. Da mesma forma, as

44 Tais como as interrupções ocorridas no ensino e na aprendizagem *online*, causadas pelo *zoombombing* – o compartilhamento de conteúdo inapropriado ou prejudicial durante aulas e palestras –, casos que aumentaram de maneira significativa com a transferência da educação presencial para o meio virtual nos primeiros meses da pandemia, principalmente nos níveis de ensino secundário e superior. Ver Ling, Chen; Balci, Utkucan; Blackburn, Jeremy; Stringhini, Gianluca. *A First look at zoombombing.* 2021. Disponível em: https://seclab.bu.edu/people/gianluca/papers/ zoombombing-oakland2021.pdf.

45 Ver Banaji e Bhat (2021) e Miller-Idriss (2022).

consequências das manifestações de ódio *online*, em comparação com *offline*, muitas vezes são amplificadas – um único comentário pode atingir e prejudicar muito mais destinatários do que o remetente tem consciência –, e algoritmos programados para recompensar o engajamento nas redes sociais podem favorecer a disseminação de manifestações polarizadoras e de ódio, em detrimento das outras que não têm essas características.

Então, há uma necessidade crescente de se ensinar as habilidades de tecnologia e cidadania digital associadas à prevenção do discurso de ódio. Além disso, a persistente falta de engajamento proativo – ou de buscar informações para entender – por parte do setor de tecnologia com relação às dinâmicas do racismo, da misoginia e de outras estruturas de poder, sem dúvida agravou o problema da disseminação *online* coordenada de ódio durante a pandemia da COVID-19. Nos EUA e no Reino Unido, os ataques coordenados contra professores negros e pardos ocorridos enquanto ensinavam em ambientes *online* poderiam ter sido evitados com configurações "padrão", por exemplo, se as pessoas que criaram as plataformas estivessem mais atentas aos riscos da participação irrestrita em ambientes *online* – o ódio e o assédio subsequentes.

Em ambientes educacionais em que os estudantes aprendem virtualmente, as manifestações visuais de ódio hoje em dia têm um impacto novo para os educadores, criando-lhes novos problemas para lidar em suas comunicações com os estudantes nos sistemas de gestão da aprendizagem e outras plataformas *online*: serem capazes de identificar os símbolos e códigos mais recentes usados na linguagem visual do discurso de ódio para saber o que procurar nos emojis e avatares dos estudantes e no "fundo" de suas salas de aula virtuais – o que muitas vezes é difícil, dada a velocidade com que o mundo *online* evolui, por exemplo; ou se submetendo a *zoombombing*[46] e outras formas de assédio virtual.

É claro que nenhum ambiente educacional existe no vácuo, e o que acontece nas salas de aula *online* pode ser influenciado pelo papel dos estudantes e

das famílias e comunidades de educadores na produção e na disseminação do discurso de ódio em suas vidas cotidianas no mundo ou na vida "reais", *offline*. Alguns estudantes vivem e frequentam a escola em bairros muito homogêneos, onde não estão expostos a baixos níveis de diferenças e diversidade. Alguns deles podem crescer em lares nos quais a vida familiar não reflete os valores que as escolas tentam transmitir, e algumas comunidades podem ser hostis aos esforços escolares para lidar com o discurso de ódio, especialmente se algum desses esforços for percebido como censura ou doutrinação. Portanto, é fundamental garantir que os esforços para enfrentar o discurso de ódio sejam incorporados a um compromisso com a proteção da liberdade de expressão e, da mesma forma, preparar os educadores para lidar com os preconceitos que os estudantes podem trazer para o seu ambiente de aprendizagem.

Todas essas questões tornam o trabalho ainda mais urgente, portanto, fundamental e desafiador.

46 Ver https://seclab.bu.edu/people/gianluca/papers/zoombombing-oakland2021.pdf.

4. Enfrentar o discurso de ódio por meio da educação

Enfrentar o discurso de ódio por meio da educação requer uma abordagem multissetorial, que envolva toda a sociedade e se baseie em estratégias para mitigar e minimizar os impactos sobre indivíduos e grupos-alvo em todos os âmbitos da educação formal, não formal e informal – desde a primeira infância até o ensino superior e a aprendizagem ao longo da vida. Esta seção enfoca estratégias específicas de formulação de políticas e orientações sobre:

- currículos e livros didáticos;
- formação e orientação para educadores;
- instituições e liderança; e
- parcerias.

Os formuladores de políticas educacionais têm um papel fundamental a desempenhar em todas essas áreas, como formular e apoiar programas fundamentados no cumprimento de regras, políticas e orientações legais; apoiar educadores para ensinar os estudantes sobre as causas do discurso de ódio e incutir neles os valores e as práticas para se tornarem cidadãos globais e digitais que respeitem as diferenças. Isso também exige um que se dê atenção à formação em Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) pré-serviço e em serviço para professores em ambientes formais e não formais, juntamente com abordagens pedagógicas e de toda a escola para fortalecer a aprendizagem social e emocional, entre outros. Enfrentar simultaneamente o discurso de ódio em todas as áreas relacionadas acima ajudaria a construir a resiliência dos sistemas de educação a manifestações desumanas e de ódio, com um foco particular em erradicar suas causas.

Isso exige uma reforma na educação, no desenvolvimento profissional e no programa de formação em serviço dos professores; uma reforma curricular e revisão de livros didáticos; investimentos para melhorar a cultura e o ambiente escolar; e a participação das famílias e comunidades.

A necessidade de se ter respostas educacionais mais abrangentes ao discurso de ódio é clara, e estudantes e professores estão interessados em desempenhar seu papel. A Pesquisa da Noruega (*Research from Norway*), por exemplo, mostra um forte desejo entre os jovens de aprender mais sobre discurso de ódio e sobre como reagir a ele na escola. Ao mesmo tempo, os educadores não têm clareza quanto ao significado de "segurança na internet" e quanto à natureza da dimensão mais ampla de "empoderamento" da educação para a cidadania.[47] Sistemas educacionais, professores formais e não formais, líderes escolares e estudantes necessitam de orientação, currículos, formação e ambiente escolar apropriados para combater o discurso de ódio de maneira consistente, integrada e integral.

É fundamental não apenas criar ferramentas e materiais de formação e aprendizagem, mas também rever, revisar e refinar continuamente os materiais que já estão em uso. No mínimo, isso deve incluir uma revisão de livros

47 O projeto Democracia, Igualdade, Aprendizagem e Mobilização para Futuros Cidadãos (*Democracy, Equality, Learning and Mobilisation for Future Citizens* – Democit) da Universidade Metropolitana de Oslo realiza pesquisas sobre a eficácia política dos jovens e sua participação como modelos, influenciadores de pares e cidadãos ativos que lutam por mudanças positivas na sociedade. https://www.oslomet.no/en/research/research-projects/democit.

didáticos e outros materiais curriculares nos âmbitos nacional, regional e local, para excluir estereótipos nocivos e promover a igualdade, a diversidade, a inclusão e a não discriminação. No entanto, não é apenas o que está escrito nos livros didáticos e no currículo que importa, pois o que falta neles é igualmente importante. Em outras palavras, o que é ignorado importa tanto quanto o que é ensinado, a fim de moldar a aprendizagem dos estudantes e abordar seu desconhecimento sobre determinados assuntos; isso vale para quaisquer disciplinas acadêmicas, se e como os estudantes reconhecem os estereótipos prejudiciais ou os conteúdos de ódio. Se eles os percebem ou vivenciam o silêncio diante do ódio, muitas vezes o interpretam como indiferença ou concordância. Assim, a falta de ação pode aumentar os danos.

Por fim, é essencial incentivar a participação dos estudantes e de suas comunidades mais amplas. As pesquisas têm demonstrado que a influência dos pares é uma ferramenta poderosa: os jovens são influenciados principalmente por seus colegas. Para que crianças e jovens entendam e lidem melhor com o discurso de ódio, eles devem ser incluídos em um esforço conjunto para desenvolver as iniciativas, os programas e as ferramentas pertinentes. Reforçar a capacidade dos jovens para que defendam e influenciem positivamente suas comunidades é fundamental para a eficácia dos esforços de enfrentamento ao discurso de ódio.[48]

Além da necessidade de se implementar estratégias elaboradas neste guia nas principais áreas, existem necessidades mais amplas a serem atendidas entre os sistemas de educação dentro dos próprios sistemas a fim de garantir a eficácia das políticas e práticas para enfrentar e combater o discurso de ódio por meio da educação, tais como:

- políticas e estratégias eficazes de combate à discriminação;
- melhores mecanismos de comunicação nos âmbitos local, nacional e mundial;
- melhoria das respostas das empresas de redes sociais relativas, entre outros, à moderação de conteúdos, ao apoio aos moderadores traumatizados pelas experiências e à maior transparência nas práticas de deplataformização;
- mais pesquisas sobre a natureza e a difusão do discurso de ódio e sobre a eficácia das respostas e medidas de atenuação aplicadas por várias partes interessadas, incluindo no setor educacional.

As subseções seguintes destacam as prioridades a serem consideradas nos esforços para enfrentar o discurso de ódio por meio da educação nas principais áreas de políticas relacionadas a currículos, ensino, liderança escolar e ambientes familiares e comunitários.

4.1 Abordagens e práticas educacionais para enfrentar o discurso de ódio

A educação pode oferecer várias oportunidades para enfrentar as causas profundas do discurso de ódio e sensibilizar os estudantes de todas as idades sobre as formas e as consequências dos discursos prejudiciais, *online* e *offline*. Esta subseção descreve os marcos educacionais e as estratégias pedagógicas necessárias para construir

48 Albert Bandura, em sua teoria da aprendizagem social, enfatiza a importância de observar, modelar e imitar os comportamentos, as atitudes e as reações emocionais de "outros significantes" e como os fatores ambientais e cognitivos interagem para influenciar a aprendizagem e o comportamento humanos. Para mais informações, consultar: http://www.ibe.unesco.org/en/geqaf/annexes/technical-notes/ most-influential-theories-learning.

resiliência ao discurso de ódio e garantir que os sistemas de educação sejam inclusivos e livres de discriminação, ódio e violência, incluindo os campos do desenvolvimento cognitivo, comportamental e socioemocional.

Ensinar sobre o discurso de ódio

Ensinar a história do discurso de ódio, com foco nas causas, formas, efeitos e impactos do fenômeno, e colocá-lo em um contexto mais amplo, histórico e contemporâneo, é um componente importante das abordagens educacionais para combatê-lo. Em sua experiência de aprendizagem, os estudantes devem participar desde o início de uma investigação que pode ajudá-los a desvendar as causas profundas do ódio e entender a história do racismo, da misoginia e de outros tipos de discriminação e perseguição. Eles devem ser capazes de decodificar as mensagens culturais, os estereótipos e os sinais ocultos usados para transmitir ódio nas redes sociais tradicionais e novas, em livros didáticos e currículos, nos discursos políticos e assim por diante, assim como transmitir o que aprendem às suas comunidades – na escola e em seus bairros, cidades, países e regiões. Isso inclui ajudar os estudantes e funcionários a se conscientizar sobre os discursos prejudiciais e a lidar com seus próprios vieses, preconceitos e sentimentos de ódio. Também inclui conscientizá-los sobre os perigos e as consequências do discurso de ódio na realidade, como foi visto ao longo da história. Os estudantes devem desenvolver uma melhor compreensão sobre o fenômeno, ter contato com materiais que alertam as pessoas sobre – ou "detectar preventivamente" (*prebunking*) – desinformação, propaganda e teorias da conspiração xenofóbicas e de ódio, e trabalhar para evitar atitudes e comportamentos a eles relativos. Esses esforços podem ser integrados de maneira útil aos objetivos curriculares e pedagógicos existentes relacionados à educação sobre História, à Educação para a Cidadania Global e à aprendizagem social e emocional. Eles também devem ser contextualizados de maneira cuidadosa, para que os estudantes sejam capazes de entender as formas de discurso de ódio mais relevantes em suas comunidades e na sociedade em geral.

Quadro 3 – Detectar as teorias da conspiração

Para apoiar os educadores na abordagem das teorias da conspiração, a UNESCO desenvolveu um recurso que oferece a eles uma visão sobre a natureza e as características dessas teorias e os prepara para detectar preventivamente e "desmascarar" as narrativas junto com seus estudantes. O documento, intitulado "Addressing conspiracy theories: what teachers need to know", fornece uma visão geral das estratégias e das práticas em sala de aula para orientar os professores a ajudar os estudantes a identificar, desconstruir e descartar teorias da conspiração, bem como a conduzir debates em sala de aula sobre o tema, inclusive com estudantes que já acreditam nessas teorias.

- Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381958

O recurso acima se baseia na Campanha **#PenseAntesDeCompartilhar**, lançada pela UNESCO e pela Comissão Europeia em 2020 em resposta ao surgimento de teorias da conspiração durante a pandemia da COVID-19 e implementada em parceria com o Congresso Judaico Mundial. A campanha inclui dez infográficos educacionais disponíveis em dez línguas.

- Saiba mais em: https://pt.unesco.org/themes/gced/thinkbeforesharing

Alertar os estudantes para a existência de – ou "a detecção preventiva de" – conteúdos potencialmente prejudiciais ou enganosos provou ser eficaz no fortalecimento de sua resiliência ao discurso de ódio, à desinformação e às teorias da conspiração. Pesquisas na área de psicologia têm mostrado que apresentar aos estudantes pequenas quantidades de conteúdos enganosos bem estruturados e com orientação pode torná-los menos suscetíveis e mais capazes de identificar e descartar conteúdos de natureza semelhante encontrados fora de seus ambientes educacionais.[49] Essa abordagem pode ajudar a sensibilizar os estudantes quanto a técnicas de manipulação e preconceitos subjacentes de formas comuns de discurso de ódio e desinformação, como uma forma de vacina. A "inoculação" eficaz requer a formação e a preparação adequadas dos educadores, a fim de evitar quaisquer efeitos colaterais adversos.

Ensinar sobre discurso de ódio também significa mostrar o que é e o que não é protegido pelo direito à liberdade de expressão – portanto, consiste em fornecer uma compreensão mais clara sobre os direitos e as responsabilidades de uma pessoa, tanto *online* quanto *offline*.[50]

Abordar as desigualdades

Abordagens educacionais para tratar das formas mais graves de discurso de ódio não funcionarão, a menos que considerem os legados nacionais e regionais relativos a injustiças e desigualdades históricas e contemporâneas, passados violentos e envolvimento em crimes de atrocidade.[51] Isso significa, entre outras coisas, ter conversas desconfortáveis sobre desigualdade social ou exploração em uma determinada sociedade, em um esforço para educar e "inocular" os estudantes e a equipe educacional contra o discurso de ódio. Esse esforço deve incluir uma discussão aberta sobre questões relacionadas a poder e privilégios, bem como estratégias para melhorar a inclusão social e a diversidade em todos os âmbitos da sociedade. Deve também incluir abordagens reconhecidas para desvendar as injustiças desenvolvidas historicamente e tratar dos traumas e da estigmatização causados por um passado violento.

Quadro 4 – Ensinar sobre passados violentos na Argentina

Na Argentina, o "programa de educação e memória", estabelecido em 2005 pelo Ministério da Educação, desenvolve projetos de orientação, formação e recursos para educadores ensinarem sobre o passado recente do país e, ao mesmo tempo, contribui para a construção da cidadania democrática, do respeito pelos direitos humanos e de uma identidade nacional por parte dos estudantes.

O programa de educação e memória se concentra em três temas relacionados a passados violentos nos âmbitos nacional, regional e mundial: a ditadura militar argentina, o conflito nas Ilhas Malvinas (Falkland) e o Holocausto (ou Shoá, o genocídio do povo judeu) e outros genocídios ocorridos no século XX.

ℹ Saiba mais em: https://www.argentina.gob.ar/educacion/programas-educativos/programa-educacion-y-memoria

49 Cambridge University. "Pre-bunk" tactics reduce public susceptibility to COVID-19 conspiracies and falsehoods. *Study Finds*, 12 May. Disponível em: https://www.cam.ac.uk/research/news/pre-bunk-tactics-reduce-public-susceptibility-to-covid-19-conspiracies-and-falsehoods-study-finds.

50 UNESCO. *Freedom of expression toolkit:* a guide for students. Paris, 2013. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000218618?posInSet=1&queryId=df202fc2-1b31-43ad-b9b8-d8559ddb760b.

51 Banaji e Bhat (2022). Consultar também o modelo Difficult Dialogues National Resources Center, em: https://www.difficultdialogues.org/about.

O ensino e a aprendizagem integrais sobre desigualdades históricas e contemporâneas devem incluir, em particular, as causas e as consequências da violência, conflitos e violações dos direitos humanos, seus legados e o desenvolvimento de estratégias para realizar um exame crítico dos discursos públicos a eles relacionados.

A experiência no campo da educação sobre o Holocausto e o genocídio mostrou que aprender sobre passados violentos e crimes de atrocidade tem o potencial de sensibilizar os estudantes para as formas contemporâneas de discriminação e ampliar sua compreensão sobre os processos que conduzem as sociedades ao genocídio.[52] Essa educação pode incluir o estudo sobre a ideologia nacional-socialista antissemita e racista subjacente que levou aos crimes perpetrados pelo regime nazista da Alemanha e seus colaboradores; o conteúdo e a disseminação da propaganda; a atitude das populações locais – e sua participação – nos assassinatos; e as reações da comunidade internacional.[53] Também deve captar a realidade das formas contemporâneas de discriminação manifestadas no discurso de ódio – incluindo discursos racistas, antissemitas, anti-islâmicos, xenofóbicos, sexistas e antigays, lésbicas, bissexuais, transgêneros e queer (ou pessoas que estão se questionando) – por meio da análise das estruturas de poder e das ramificações mais amplas para a concretização dos direitos humanos. Os conteúdos relacionados a esse tema podem ser incorporados nos currículos de educação cívica ou de ciências sociais, ou podem ser ensinados em intervenções de educação em direitos humanos e educação para a paz.

Educar sobre as injustiças e desigualdades históricas e contemporâneas é o ponto de partida para discussões que ajudarão os estudantes a desvendar os diferentes estereótipos e formas de discriminação que observam; a perceber por que eles também podem ser vulneráveis a certos estereótipos e discriminações; e a desenvolver suas habilidades de diálogo e sua capacidade de conviver e trabalhar juntos com as diferenças e de maneira produtiva.

Melhorar as habilidades socioemocionais

Uma abordagem educacional para combater o discurso de ódio exige que se dê atenção à Aprendizagem Social e Emocional (ASE), para permitir que os estudantes reconheçam seus pontos fortes e desenvolvam as habilidades para administrar o estresse e as emoções negativas, resolver problemas de forma eficaz e, portanto, aumentar sua autoconfiança, sua autoeficácia e sua autoafirmação. Por um lado, essas habilidades são um trunfo para confrontar o discurso de ódio – há evidências de que os estudantes que têm maior consciência de suas emoções, seus valores, e seus pontos fortes e fracos e têm um autoconceito positivo e provavelmente terão mais sucesso em suas respostas a desafios como o discurso de ódio.[54] Ao mesmo tempo, a ASE também pode ajudar a prevenir esse tipo de discurso, permitindo que os estudantes equilibrem suas emoções, controlem seus impulsos e se comportem de maneira segura, ética e responsável; cultivem a tomada de perspectiva; negociem conflitos de forma construtiva; reconheçam os pontos fortes dos outros e atuem com eles para resolver problemas; desenvolvam

52 Como o genocídio contra os tutsis, em Ruanda, o de Srebrenica e o Holocausto.

53 Para saber mais sobre como a educação sobre o Holocausto pode promover a cidadania global, consultar: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/ pf0000261969. E a publicação "UNESCO policy guide on education about the Holocaust and genocide prevention", disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ ark:/48223/pf0000248071?17=null&queryId=34201766-924d-4c9b-b02b-6187fff2b196.

54 Durlak *et al.* (2011); Gavine *et al.* (2016); Hahn *et al.* (2006); e Jones *et al.* (2014).

Quadro 5 – O kit de ferramentas Selma

O kit de ferramentas Selma, financiado pela Comissão Europeia, fornece mais de cem recursos adaptáveis que os educadores podem usar para enfrentar o discurso de ódio com crianças e jovens. O kit consiste em quatro percursos adaptados ao conhecimento prévio dos professores sobre o tema e à faixa etária dos estudantes. Os temas incluem "o que é discurso de ódio?"; "por que o discurso de ódio existe?"; "o que o discurso de ódio me faz sentir?"; "qual é o meu papel e o que posso fazer?"; "como posso influenciar o meu povo?"; "como podemos realizar mudanças em nossa comunidade?"; e "mudar o mundo". O Percurso 3 é destinado especificamente a professores com pouca experiência ou formação em ASE e utiliza um programa de aprendizagem social e emocional sistêmico desenvolvido pela Universidade de Yale, com base no desenvolvimento de cinco competências-chave: reconhecer, compreender, rotular, expressar e regular (em inglês, *recognizing, understanding, labelling, expressing and regulating* – Ruler). As primeiras atividades buscam fornecer aos estudantes os fundamentos para construir um vocabulário emocional e combinar esse novo vocabulário com exemplos abstratos de discurso de ódio. A isso se segue uma exploração de como imagens e mensagens particulares fazem o estudante se sentir e como sua reação é influenciada por sua personalidade e por seu contexto cultural. Os estudantes, então, refletem sobre como as suposições são feitas com base na personalidade e em estereótipos, o que é seguido por atividades de regulação das emoções. O Percurso 3 é concluído com atividades de análise de conteúdos de mídia, para permitir que o estudante aplique as habilidades desenvolvidas nos exercícios anteriores a exemplos de discurso de ódio *online*.

ℹ Saiba mais em: https://hackinghate.eu/ toolkit/

a bondade e a compaixão; tenham empatia com os outros, incluindo pessoas de outros contextos sociais e culturais; e defendam seus direitos.[55] Essas capacidades podem ser desenvolvidas por meio de abordagens baseadas em habilidades, experimentais, colaborativas e participativas, que utilizem estudos de caso e simulações, e por meio de pedagogias e estratégias críticas, como debates, dramatização, teatro ou aprendizagem cooperativa em pequenos grupos.

As intervenções curriculares que facilitam o desenvolvimento de habilidades socioemocionais por meio da aprendizagem experiencial direcionada, bem como a incorporação da ASE em disciplinas acadêmicas, devem ser complementadas por um ambiente de sala de aula seguro, atencioso, inclusivo e colaborativo, assim como por pedagogias que favoreçam – em oposição a uma pedagogia competitiva – a aprendizagem colaborativa, a pedagogia que considera a cultura e práticas inclusivas, a "voz e escolha do estudante" e a resolução construtiva de conflitos; então, as habilidades aprendidas são reforçadas por meio do modelo de professores e colegas e de oportunidades para aplicá-las em atividades sociais e de aprendizagem. Esse ambiente promove um sentimento de pertencimento, conexão, colaboração e respeito entre os atores da sala de aula, com pouco espaço para o discurso de ódio.

A promoção de habilidades socioemocionais não se restringe ao contexto da sala de aula, mas faz parte das atividades diárias de todo o sistema escolar. Narrativas de discriminação e violência devem ser explicadas e ensinadas, por meio de dramatização, leituras e criação de histórias em quadrinhos, histórias orais,

55 Collaborative for Academic, Social and Emotional Learning (2021).

Quadro 6 – Levante-se e fale (*Stand Up, Speak Out*)

Stand Up Speak Out (Levante-se e Fale) é um programa *online* de ASE desenvolvido pelo governo de Malta que visa a permitir que adolescentes de 12 a 16 anos enfrentem o discurso de ódio nas escolas, fora delas e em ambientes *online*. Por meio de sessões interativas experienciais, eles têm a oportunidade de discutir vários cenários ao mesmo tempo em que identificam soluções em resposta a situações de discurso de ódio. As atividades incluem compreender o que é esse discurso; distinguir entre diferentes tipos de intimidação; identificar e debater as ações dos perpetradores à luz de seu comportamento; delinear as várias habilidades necessárias para ajudar as vítimas e as testemunhas (*bystanders*) a enfrentar o discurso de ódio; e conscientizar sobre os vários profissionais que podem fornecer apoio.

ℹ Saiba mais em: https://youth.gov.mt/our-agency/stand-up-speak-out/

peças de teatro e relatos fáceis de se entender para combater o ódio que tem surgido entre diferentes grupos de professores e estudantes em diversas partes do mundo. À medida que os estudantes se aproximam do final de sua educação primária[56], eles podem ser expostos a ideias mais complexas que devem abranger a hierarquia do ódio e do pensamento supremacista. Expectativas e normas de toda a escola, como conexão, abertura à diversidade, respeito e compreensão mútuos, colaboração e compaixão, fundamentadas por políticas e regras desenvolvidas de forma colaborativa por toda a comunidade escolar, ajudam a promover um ambiente em que todos os membros da escola se sintam seguros, respeitados, reconhecidos, apoiados, conectados e incluídos. Isso inclui capacitar os estudantes e funcionários para que tenham uma voz forte e representativa na escola, para que sejam capazes de fornecer apoio adequado às vítimas do discurso de ódio. Em tal ambiente, respeito, colaboração, empatia, abertura e compaixão passam a fazer parte do tecido do sistema escolar geral, dificultando assim o desenvolvimento do discurso de ódio.

Promover atitudes inclusivas

Sociedades inclusivas e equitativas fornecem um terreno menos fértil para o discurso de ódio proliferar. Os estudantes necessitam de abordagens educacionais que enfatizem atitudes e valores de tolerância, não discriminação, inclusão e apoio à diversidade, e tanto educadores quanto estudantes precisam desenvolver a capacidade de reconhecer e confrontar o discurso de ódio e saber lidar com conversas difíceis. Atitudes inclusivas e tolerância para com os outros, juntamente com a celebração do pluralismo e da diversidade, são fundamentais para se ter capacidade de reconhecer e responder ao ódio e à injustiça. Programas que apoiam a Educação para a Cidadania Global (ECG) e promovem o diálogo intercultural podem ajudar a desenvolver nos estudantes os conhecimentos e as competências necessários para abraçar as diferenças e participar de maneira respeitosa de uma sociedade diversa.[57]

56 NT: A nomenclatura adotada para os níveis educacionais no Brasil é diferente dos níveis definidos pela Classificação Internacional Padronizada da Educação (*International Standard Classification of Education* – Isced). Essa correspondência pode ser encontrada nas páginas 66 e 67 do "Glossário de terminologia curricular do UNESCO-IBE" (2016), disponível em: http://unesdoc.unesco.org/ima-ges/0022/002230/223059por.pdf.

57 A UNESCO define a competência em diálogo intercultural como "ter conhecimento relevante adequado sobre culturas específicas, bem como conhecimento geral sobre os tipos de questões que surgem quando membros de diferentes culturas interagem, mantendo atitudes receptivas que incentivam o estabelecimento e a manutenção de contato com diversos outros, bem como ter as habilidades necessárias para aproveitar o conhecimento e as atitudes ao interagir com outras pessoas de diferentes culturas". Ver UNESCO. *Intercultural competences: conceptual and operational framework*. Paris, 2013. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000219768.

Para isso, é imperativo apresentar aos estudantes exemplos positivos, por meio, entre outros, de materiais educacionais inclusivos e diversos; currículos sensíveis em termos culturais adaptados às suas necessidades; uma abordagem centrada no estudante, por meio da qual os educadores reconheçam as diferenças em suas capacidades e habilidades; um ambiente de sala de aula que seja favorável e acolhedor para todos os estudantes, independentemente de sua formação e de suas necessidades individuais; e atividades extracurriculares inclusivas.

Parte do desafio é o fato de que os ambientes escolares não existem no vácuo. Os educadores devem ajudar os estudantes a desenvolver meios de processar e circular entre o mundo *online* e *offline* em que vivem – incluindo suas comunidades, seus bairros, suas equipes esportivas e suas famílias. Muitas escolas e outros contextos educacionais não consideram de maneira adequada o que os estudantes estão vivenciando em seu mundo *online*, seja em um ambiente de aprendizagem formal ou em casa. Em ambientes de aprendizagem, por exemplo, os professores podem solicitar que os estudantes realizem pesquisas *online* sem entender o risco de estes serem expostos à desinformação, ou fazer com que eles participem de jogos *online* sem estar cientes do alto grau de misoginia e racismo que provavelmente serão encontrados lá. Os estudantes precisam entender como participar do ambiente *online* de forma crítica e ética, e devem ter consciência da relação entre sua participação no ambiente *online* e suas experiências *offline*.

Promover habilidades de Alfabetização Midiática e Informacional e de cidadania digital

O discurso de ódio não se resume apenas à retórica. Enquanto partes específicas de um conteúdo podem ser consideradas de ódio e causar danos de maneiras mais localizadas, o fenômeno mais amplo diz respeito aos ecossistemas de informação e como o próprio conteúdo é produzido, disseminado e consumido. A questão é particularmente séria no espaço *online*, nos quais as plataformas de rede social e outros produtos digitais promoveram o surgimento de modos de interação e formação comunitária. Com isso, os estudantes devem desenvolver as habilidades para o pensamento crítico, o diálogo, a alfabetização midiática e a cidadania digital, para estarem preparados para o ritmo acelerado da vida na era da informação.

A Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) e a educação para a cidadania digital fornecem ferramentas que são essenciais para enfrentar o discurso de ódio no longo prazo – como meios de não apenas "inocular" os estudantes contra as tendências futuras, mas também de permitir que eles contestem e revejam as dinâmicas atuais do ódio *online*. A AMI pode fornecer aos estudantes conhecimentos, habilidades e atitudes para entender o contexto social das plataformas midiáticas e digitais, avaliar seu conteúdo de maneira crítica e tomar decisões fundamentadas como usuários e produtores de conteúdo.[58] Para desenvolver nos estudantes a capacidade em cidadania digital e a resiliência ao discurso de ódio *online*, os sistemas educacionais devem se esforçar para incorporar a AMI e a ECG em seus currículos. A educação para a cidadania digital envolve preparar os estudantes para encontrar, obter

58 UNESCO. *Media and information literate citizens: think critically*, click wisely!. Paris, 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/ pf0000377068.

acesso, usar e criar informações de maneira eficaz e circular em ambientes *online* e digitais com segurança e responsabilidade. Também envolve aprender sobre os próprios direitos em espaços digitais e como interagir com outros usuários e com o conteúdo de maneira ativa, crítica, sensível[59] e ética.

Como linha de base, as intervenções de AMI devem permitir que os estudantes adquiram as competências para se tornarem mais resilientes a informações falsas prejudiciais, discurso polarizador, *bullying* virtual (*cyberbullying*), assédio e discurso de ódio, o que envolve ajudá-los a desvendar a "arquitetura" de plataformas e serviços digitais, determinando como eles interpretam e, finalmente, respondem às informações sobre o mundo ao seu redor. Os estudantes também devem ser sensibilizados com relação a outros elementos *online* que, muitas vezes, agravam os impactos do discurso de ódio e, sempre que possível, sobre como mitigar seus efeitos: elementos como desinformação e informações equivocadas, bolhas de filtro, câmaras de eco e mídia tendenciosa, para citar apenas alguns – consulte a lista comentada de termos-chave no Anexo 1 deste guia.

Os estudantes necessitam de formação para desenvolver um conjunto integral de habilidades sobre mídia, informação e pensamento crítico, regularmente atualizadas, para ajudá-los a reconhecer as táticas persuasivas comumente usadas para espalhar teorias da conspiração e outras formas de desinformação, como o alarmismo e a criação de bodes expiatórios. Esse tipo de formação provou ser bem-sucedida na redução da susceptibilidade e do apoio ao discurso de ódio. Evidências de intervenções educacionais no estilo de "inoculação", que atuam para impedir que as pessoas sejam persuadidas por conteúdos prejudiciais antes de se depararem com ele, mostram que os estudantes podem ser ensinados a reconhecer e resistir à propaganda, às teorias da conspiração e à desinformação de maneiras que enfraquecem seu apoio a ideias extremistas excludentes e violentas.[60] Isso é essencial para a criação de comunidades *online* seguras e respeitosas.

A alfabetização midiática e as habilidades de comunicação digital não serão suficientes, a menos que sejam combinadas com a educação a fim de preparar os estudantes para que se tornem cidadãos digitais socialmente responsáveis que tenham consciência de seus direitos e responsabilidades no mundo *online*. Cidadãos digitais efetivos podem influenciar positivamente as sociedades por meio da participação digital e da capacidade de agir que os empodera a combater, de forma construtiva, o discurso de ódio por meio de sua própria participação *online* – como a criação de petições *online*. Além disso, os estudantes podem ser incentivados a participar como cidadãos digitais, buscando influenciar a sociedade de maneira positiva por meio de narrativas *online* inclusivas e que tenham em vista a paz. Esses esforços podem ser integrados aos currículos de alfabetização digital existentes, bem como à história, às ciências sociais e a outros currículos acadêmicos. Pesquisas têm demonstrado que, para combater efetivamente o discurso de ódio, a AMI deve ser ministrada no contexto da educação em alfabetização humanitária e política, não como um conjunto de habilidades ensinadas separadamente dos contextos históricos e contemporâneos.[61]

59 UNESCO. *Addressing hate speech:* educational responses. Paris, 2022. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000382290.

60 Ver Braddock (2022) e Braddock *et al.* (2022). Ver também a explicação sobre a "inoculação psicológica" em Golberg, B. Psychological inoculation: new techniques for fighting online extremism. *Medium*, 24 Jun. 2021. Disponível em: https://medium.com/ jigsaw/ psychological-inoculation-new-techniques-for-fighting-online-extremism-b156e439af23. Ver também a análise do Laboratório de Tomada de Decisão Social de Cambridge de uma campanha de inoculação da UNESCO, disponível em: https://www.cam.ac.uk/ research/news/ pre-bunk-tactics-reduce-public-susceptibility-to-covid-19-conspiracies-and-falsehoods-study-finds.

61 Ver Banaji e Bhat (2022).

Melhorar as habilidades de pensamento crítico

Os esforços para tratar do discurso de ódio exigem um compromisso com o ensino de habilidades de pensamento crítico, inclusive por meio de abordagens que ajudem professores, educadores e estudantes a entender a distinção entre liberdade de expressão e aquele discurso e identificar a linha que divide opiniões diversas de desinformação ou propaganda. Os educadores devem se comprometer a apoiar uma ampla gama de ideias ideológicas e políticas nas discussões em sala de aula e nos pontos de vista compartilhados e transmitidos. A aprendizagem baseada na pesquisa exige que eles forneçam evidências – ou justificativas – para suas afirmações ou opiniões, envolvam-se com ideias que questionem as suas próprias e permitam que os estudantes lidem com ambiguidades e ideias alternativas.[62] Ao mesmo tempo, existem limites claros para afirmações enraizadas em alegações falsas ou desinformação. É especialmente importante que os professores estejam preparados com as habilidades necessárias para reconhecer a desinformação e intervir quando ela for trazida pelos estudantes ou colegas. Nem todas as afirmações são completamente iguais: se um estudante afirma algo que não é verdadeiro em uma discussão em classe, mesmo algo tão simples como "2 + 2 = 7", o professor não deve permitir que a afirmação falsa permaneça sem correção; uma maneira de corrigi-la pode ser pedir à pessoa que justifique a afirmação ou, se não justificar, que entenda ou aceite que ela é falsa. O mesmo vale para afirmações que espalham propaganda ou estão enraizadas em pseudociência, ou alegações desbancadas por falta de evidências. Os estudantes devem aprender a entender erros de raciocínio, a elaborar argumentos fortes e a avaliar múltiplas perspectivas. Isso é necessário para garantir sua preparação para participar na vida, tanto *online* quanto *offline*, para promover a cidadania digital e a participação cívica – de forma presencial e *online* –, e que sejam enraizados em uma compreensão clara dos direitos e das responsabilidades de fazer parte de um grupo e como ter um diálogo crítico e discordar respeitosamente em um contexto de compreensão mútua, mesmo quando os pontos de vista divergem.

Melhorar as ações e escolhas comportamentais dos estudantes

Conscientização, habilidades e conhecimento aprimorados de alfabetização digital e pensamento crítico somente serão eficazes para enfrentar o discurso de ódio se os estudantes também optarem por modificar seu comportamento. Professores e educadores podem incentivar a mudança de atitudes e comportamentos a fim de melhorar a denúncia de discurso de ódio e empoderar seus estudantes e colegas a confrontá-lo e contestá-lo de forma direta. As abordagens educacionais devem servir não apenas para apoiar e fornecer aos estudantes habilidades específicas, mas também para empoderá-los a agir como cidadãos digitais responsáveis, conscientes de seus direitos e capazes de interagir de maneira respeitosa com outras pessoas no ambiente online, para saber como denunciar e enfrentar o discurso de ódio e valorizar – e promover ativamente – a liberdade de expressão. Os estudantes precisam se sentir empoderados e incentivados a se tornarem influenciadores positivos entre seus colegas. Sociedades coesas e inclusivas exigem que cidadãos e membros da comunidade tratem os outros com empatia, gentileza, compaixão, confiança e perdão, e que estabeleçam interações a partir de uma perspectiva antirracista e não

62 Roth (2019, p. 122).

discriminatória. Nesse sentido, é fundamental que as abordagens educacionais visem construir resiliência ao discurso de ódio, não apenas nos estudantes considerados individualmente, mas também em sistemas inclusivos nos quais há um terreno menos fértil para manifestações de ódio.

Para combater as manifestações de ódio que visam prejudicar grupos específicos por meio da legitimação de atos discriminatórios, desumanizadores e/ou violentos contra eles, é necessário que sua natureza interseccional seja reconhecida, discutida, desestigmatizada e ensinada de maneira acessível aos estudantes, mesmo em tenra idade. As crianças pequenas são capazes de entender as noções de injustiça e bullying, e muitas delas vivenciam isso. Os estudantes devem ver seus professores, líderes e outros adultos servindo de exemplo em seus esforços para combater o discurso de ódio nas interações com todos os funcionários e estudantes na comunidade mais ampla; eles também precisam de oportunidades para realmente colocar os valores em prática em sua vida diária na escola. Isso permitirá que eles atuem como influenciadores positivos de maneiras que sejam capazes de criar um "ciclo de feedback" para a participação e a cooperação entre pais, famílias, responsáveis e a comunidade.

Quadro 7 – Reflexão sobre as percepções e os comportamentos de gênero

As escolhas comportamentais estão profundamente enraizadas nas normas sociais e de gênero. Programas escolares bem-sucedidos que abordam os estereótipos de gênero têm incentivado os jovens do sexo masculino a analisar de forma crítica as normas sociais e as desigualdades de gênero, bem como a violência baseada em gênero. Alguns desses programas enfocam particularmente o desmantelamento das noções tradicionais de masculinidade, os custos das formas restritivas desta e os benefícios da masculinidade que respeita a igualdade de gênero.

O programa Quebrar o Código Masculino (*Breaking the Man Code*), implementado pela empresa social australiana Tomorrow Man, inclui oficinas experimentais com duas horas de duração, nas quais os adolescentes do sexo masculino analisam os riscos associados às normas negativas da masculinidade e tentam romper com elas. As várias atividades os incentivam a falar sobre suas emoções, com o objetivo de construir resiliência, autoconfiança e conexão entre pares. A Tomorrow Man também implementa um programa mais amplo para adolescentes do sexo masculino com seis módulos destinados a desenvolver sua inteligência emocional e suas próprias versões de masculinidade.

ℹ Saiba mais em: https://www.tomorrowman. com.au/

O projeto WËM Joven, lançado na Costa Rica em 2012 pela organização não governamental Instituto WËM, visa fornecer aos jovens apoio emocional e assistência na construção de modelos positivos de masculinidade. As discussões em grupo abordam o controle da raiva, a violência, os relacionamentos com outros homens, os relacionamentos familiares e de casal, a comunicação, o machismo e a paternidade.

ℹ Saiba mais em: https://institutowemcr.com/ (apenas em espanhol)

4.2 Estratégias para enfrentar o discurso de ódio na e por meio da educação

Políticas educacionais

Priorizar o problema

A primeira tarefa para os formuladores de políticas que buscam enfrentar o discurso de ódio de forma eficaz por meio da educação é estabelecer a questão como um assunto de prioridade nacional e mundial. Muitas vezes, os esforços para lidar com esse discurso são transferidos às autoridades locais ou exclusivamente ao setor privado. Qualquer tentativa de tratar do discurso de ódio deve começar com o apoio claro e firme e a priorização da questão nos mais altos níveis de política e prática educacionais – de modo a afirmar a dupla proteção da defesa da liberdade de expressão e do combate ao discurso de ódio. Estabelecer a necessidade de enfrentar esse discurso como uma questão de prioridade nacional e mundial requer o reconhecimento do fato de que combater efetivamente o discurso de ódio é uma questão não apenas de conformidade (*compliance*) e aplicação por meio de restrições legais ou códigos de conduta, mas também de incorporar esse objetivo em iniciativas mais amplas da escola e da comunidade, para enfrentar as raízes do racismo, da desumanização e do ódio.

Mensagens claras de líderes políticos e dos formuladores de políticas nacionais e regionais são essenciais e ajudarão a transmitir a ideia de que o combate ao discurso de ódio é um processo, ao longo da vida, de desenvolver a capacidade de reconhecer o ódio e enfrentá-lo de maneiras significativas, ao mesmo tempo em que envolve dialogar com os outros de forma produtiva, apesar das diferenças, com empatia e respeito mútuo. As abordagens educacionais são mais eficazes no estágio inicial de conhecer as causas profundas e dependem do apoio da comunidade, do compromisso dos professores, dos líderes escolares e dos formuladores de políticas que concordam em priorizar a questão, assim como de sua capacidade de reconhecer o discurso de ódio como a forma perigosa de expressão que é e responder à altura a ele. Além disso, embora as respostas educacionais possam ajudar, o combate total ao fenômeno exigirá o compromisso da comunidade em geral de conter sua criação, sua produção e sua disseminação. Estabelecer esse tipo de discurso como uma questão prioritária indicará a necessidade de estratégias voltadas para ambientes de aprendizagem informal, inclusive *online*, a fim de alcançar pessoas que não estão mais incluídas no sistema de educação formal e não cresceram com as redes sociais, pessoas que podem precisar de formas específicas de apoio para fortalecer sua alfabetização midiática, digital e informacional.

Integração com as políticas e iniciativas educacionais existentes, de forma alinhada aos currículos nacionais

Abordagens educacionais para combater o discurso de ódio não funcionarão a menos que sejam integradas às políticas nacionais e às estratégias governamentais que priorizem a questão e destinem os recursos, a atenção e o tempo necessários para enfrentá-la, enfatizando de forma clara a necessidade dessas abordagens. A atenção em âmbito nacional ajudará a aumentar a conscientização pública quanto ao papel da educação no combate ao discurso de ódio, bem como a fornecer orientação prática aos educadores locais e regionais enquanto eles trabalham para avaliar o equilíbrio entre esse discurso e a liberdade de expressão, à luz da legislação

nacional e das restrições específicas à liberdade de manifestar pontos de vista extremistas, inclusive com o uso de símbolos.

Os formuladores de políticas podem ajudar a promover estratégias integradas que incentivem a estruturação de abordagens para combater o discurso de ódio com contexto das prioridades educacionais existentes e alinhadas com o compromisso de seus países de implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo aqueles relacionados à Educação para a Cidadania Global, a educação antirracista e a promoção da igualdade de gênero. Para serem eficazes, essas estratégias devem incluir uma série de ações em abordagens educacionais, para promover a cidadania digital e global responsável, fortalecer a AMI e promover a liberdade de expressão e uma cultura de não discriminação.

A questão de como e onde integrar os esforços para combater o discurso de ódio na educação formal e não formal é fundamental, e as respostas a ela serão específicas para cada contexto. Em alguns sistemas, já existem normas que determinam que as escolas e/ou faculdades devem ofertar AMI ou educação em comunicação digital em disciplinas como "cidadania", "educação cívica", "educação pessoal, social e para a saúde", "estudos gerais", "habilidades para a vida" ou "desenvolvimento pessoal, social e emocional" – essas disciplinas podem ser os pontos de entrada mais lógicos para a introdução de módulos e atividades sobre discurso contra o ódio e para aliviar a equipe educacional do trabalho de ter que incorporar outros materiais. Ao mesmo tempo, uma abordagem holística e interdisciplinar ajudaria a deixar claro como vários elementos podem ser integrados a outras disciplinas, como ciência, história, línguas, arte e estudos religiosos.

Ao incentivar e apoiar os professores a incluírem os esforços para combater o discurso de ódio em suas áreas especializadas, os formuladores de políticas podem ter melhores resultados e mostrar a relevância de tratar a questão em todos os aspectos da vida e da aprendizagem.

Enfrentar e combater o discurso de ódio na e por meio da educação requer um esforço interdisciplinar, inclusive na AMI e na educação em comunicações digitais, para melhorar o conhecimento e a conscientização sobre a história dos crimes de ódio e de atrocidade nos âmbitos nacional e mundial, assim como para promover atitudes positivas em relação a – e comportamentos em resposta à – diversidade, diferença, equidade social e inclusão.

Quadro 8 – Estratégia de alfabetização midiática *online* no Reino Unido

Em 2021, o Departamento de Cultura, Mídia e Esportes do governo do Reino Unido publicou uma "estratégia de alfabetização midiática *online*" com duração de três anos, para fornecer às organizações envolvidas em atividades de alfabetização midiática um apoio mais coordenado, abrangente e de alta qualidade. A estratégia tem como foco a melhoria da avaliação, do financiamento e da coordenação da divulgação para públicos-alvo difíceis de serem alcançados e usuários vulneráveis, com vista a reforçar sua resiliência a informações incorretas e à desinformação.

ℹ Saiba mais em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/1004233/DCMS_Media_Literacy_Report_Roll_Out_Accessible_PDF.pdf

Incluir e apoiar indivíduos e grupos-alvo

O discurso de ódio deve ser enfrentado em todos os níveis por meio de uma abordagem holística, de toda a sociedade, de forma coordenada com os membros de grupos que são alvos do ódio. Essa é uma área essencial em que os sistemas de educação podem trabalhar para integrar os valores das comunidades indígenas nas iniciativas intraescolares, para garantir que os esforços a fim de prevenir e enfrentar o discurso de ódio estejam enraizados na comunidade local – em vez de serem impostos externamente –, mantendo-se alinhados às normas internacionais que protegem os direitos humanos, incluindo o direito à liberdade de expressão.

Combater o discurso de ódio também envolve ensinar sobre as dinâmicas que causaram casos passados de genocídio ou outros crimes de atrocidade, bem como o papel nessas dinâmicas do ódio com base na identidade, na discriminação e na desumanização; o reconhecimento de injustiças e crimes passados; e uma análise crítica de como essa história tem sido narrada, lembrada e tratada nas escolas e nos espaços públicos. Estudantes, profissionais da educação, líderes e comunidades necessitam de mais conhecimento sobre o discurso de ódio; orientações sobre estratégias eficazes de prevenção para reduzir sua produção e sua disseminação; melhores estratégias para combater sua circulação e sua difusão; e apoio para reduzir e mitigar seu impacto nos grupos-alvo. As respostas aos incidentes de incitamento ao ódio devem enfocar as necessidades dos indivíduos e dos grupos-alvo; embora o foco na responsabilização os autores de manifestações de ódio seja importante, ela não deve ser feita às custas da solidariedade e das expressões de apoio aos indivíduos mais afetados.

O desenvolvimento e a implementação de políticas de médio e longo prazo para combater o discurso do ódio, incluindo formas intersetoriais entre identidades e fronteiras de gênero, raça e religião, assim como para socorrer e proteger seus principais alvos, deve ser um esforço de múltiplas partes interessadas, incluindo, além da polícia e de outras autoridades, professores e outros profissionais, tais como assistentes sociais, pessoas que trabalham com a juventude, conselheiros, enfermeiros e médicos; advogados, juízes, funcionários públicos e políticos; e empresas e indústrias, em particular os produtores de tecnologia e os proprietários de plataformas digitais, todos os quais podem contribuir aderindo a seus próprios códigos de conduta e políticas anti-*bullying*.

Estabelecer padrões claros de conformidade e mecanismos de denúncia

Os sistemas educacionais devem ensinar aos estudantes como a disseminação do discurso de ódio se relaciona com os direitos de acesso e com os direitos humanos universais à igualdade e à não discriminação. Portanto, ao abordarem o discurso de ódio, as escolas devem ensinar sobre conformidade e sobre as normas para sistemas, indivíduos e comunidades. Os sistemas de educação também precisam estabelecer e trabalhar dentro de marcos de políticas nacionais e regionais com base em direitos humanos, com orientações, regras escolares e códigos de conduta, juntamente com políticas para garantir a conformidade, de acordo com as obrigações da cidadania digital, com normas de comportamento e valores comunitários. Os sistemas educacionais desempenham um papel fundamental para ajudar a estabelecer esses padrões e valores, socializar e ensinar os estudantes, bem como os funcionários e a comunidade em geral, sobre a importância do cumprimento de regras e regulamentos institucionais e legais, incluindo a legislação de direitos humanos e civis.

Esse é o contexto no qual os estudantes podem aprender os deveres e as responsabilidades da cidadania digital e global, o que significa ser um "bom" cidadão, *online* e *offline*, bem como as estratégias para a proteção digital contra danos, assédio e invasões de privacidade. Aqui, também, os sistemas de educação devem desenvolver políticas e práticas para promover a equidade, o acesso e a segurança, realizando avaliações periódicas de ameaças e respondendo ao discurso de ódio de uma maneira que se concentre não apenas na responsabilização dos autores, mas também na solidariedade para com as vítimas. Os sistemas educacionais precisam ter e avaliar periodicamente a eficácia de mecanismos claros e transparentes para denunciar incidentes de ódio e garantir a conformidade da comunidade de aprendizagem com as regras e as políticas enraizadas, tanto com um amplo entendimento e conhecimento sobre elas quanto em relação à empatia e ao respeito pelos colegas e membros dessa comunidade.

Mídias educacionais e currículos

Apresentar currículos formais sobre o discurso de ódio

As estratégias educacionais para combater efetivamente o discurso de ódio devem garantir que os currículos formais incluam conhecimento sobre conteúdo com um foco claro no discurso de ódio e no direito à liberdade de expressão. Tais currículos devem incluir uma seção nos livros didáticos ou nos próprios componentes para ensinar os estudantes a detectarem, identificarem, denunciarem e combaterem as várias formas de discurso de ódio. Os cursos podem ser específicos ou interdisciplinares: alfabetização digital e informacional, direitos

Os formuladores de políticas devem:

- ✔ Incluir respostas educacionais e estratégias preventivas nos planos de ação nacionais sobre discurso de ódio, com vistas a ampliar o poder da educação para fortalecer a resiliência ao discurso prejudicial e à desinformação, e garantir que os próprios sistemas educacionais não promovam ou disseminem preconceito e ódio; e no contexto de suas ações.
- ✔ Investir em programas educacionais preventivos, direcionados e pertinentes ao contexto, sobre extremismo violento, racismo, antissemitismo e outras formas de intolerância;
- ✔ Investir em educação para a cidadania digital, que ensine os estudantes sobre seus direitos e suas responsabilidades *online*, ajude-os a interagir com outros usuários de maneira ativa, sensível e ética, e os incentive a participar de comunidades e movimentos digitais que têm o objetivo de combater o discurso de ódio *online* e *offline*;
- ✔ Promover a educação em direitos humanos e sobre o Estado de direito, que aborde a complexa relação entre o combate ao discurso de ódio e a defesa da liberdade de expressão, e que conscientize os estudantes sobre como as violações ilegítimas diferem das limitações permitidas por lei;
- ✔ Vincular os esforços para enfrentar o discurso de ódio às políticas e estratégias nacionais de AMI, de acordo com as orientações políticas e estratégicas da UNESCO[63], para ensinar os estudantes a avaliarem criticamente e verificarem as fontes de informações e mídias, e a identificarem as narrativas de ódio.

63 Ver UNESCO. *Alfabetização midiática e informacional:* diretrizes para a formulação de políticas e estratégias. Brasília, 2016. Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246421.

humanos e educação para a cidadania; história, estudos sociais e cívicos; religião e ética; línguas e artes visuais; e aprendizagem social e emocional. Os módulos sobre discurso de ódio podem ser integrados nos currículos gerais existentes de cidadania e educação em direitos humanos, com novos componentes e instruções diretas para ensinar sobre as causas e as consequências desse discurso e com base em estudos de caso de violência histórica, crimes de atrocidade, discriminação e outras manifestações prejudiciais de ódio.[64]

Revisar currículos existentes e o conteúdo de livros didáticos para excluir estereótipos, preconceitos e linguagem que podem alimentar o discurso de ódio

Revisar os currículos para excluir conteúdo prejudicial e incluir o ensino sobre crimes de atrocidade passados é uma prática que exige que seja incorporada uma forte liderança nacional em políticas mais amplas sobre igualdade de gênero, racial, étnica e religiosa como parte de um esforço de "descolonização do currículo". Devem ser realizadas auditorias regulares para avaliar como os estereótipos podem ser reforçados ou apresentados nos materiais de ensino e aprendizagem, incluindo livros didáticos, e as equipes de revisores devem ser inclusivas e diversificadas, com ampla representação de mulheres, povos indígenas e religiosos ou grupos étnicos historicamente marginalizados; nos locais onde crimes de atrocidade foram cometidos, suas vítimas e seus sobreviventes também devem ser consultados e representados no processo; e todos os participantes devem ter voz com o mesmo peso, bem como ter suas preocupações ouvidas e respondidas. Além disso, a consciência da necessidade de se evitar estereótipos e preconceitos deve ser promovida em todo o processo de revisão e reformulação dos materiais

Quadro 9 – Boas práticas: educação para a cidadania na Noruega

O Centro Europeu Wergeland (European Wergeland Centre), na Noruega, em parceria com o Memorial e Centro de Aprendizagem, em Utøya, e o 22 July Centre, e com o apoio do Ministério de Educação e Ciência da Noruega, oferece um programa nacional integral para jovens, professores e outros educadores, para que estes aprendam a enfrentar a discriminação, o discurso de ódio e o extremismo por meio do uso de ferramentas e estratégias baseadas na educação para a cidadania democrática e em direitos humanos, tendo como ponto de partida os ataques terroristas de 22 de julho de 2011 ocorridos em Oslo e Utøya. O programa 22 de Julho e Cidadania desenvolveu recursos e ferramentas para professores e estudantes, que foram concebidos para envolver os jovens na abordagem de questões como segurança, inteligência artificial, discurso de ódio e igualdade. Uma dessas ferramentas, um videogame chamado Oslo 2084, explora um enorme público potencial de jovens jogadores – 79% dos adolescentes de 11 a 14 anos e 72% dos jovens de 15 a 24 anos jogaram esse tipo de jogo regularmente em 2021[64] –, com o objetivo de aumentar sua participação criativa na abordagem de dilemas relativos a direitos humanos, a partir da perspectiva dos jovens.

- Para mais informações sobre o trabalho do Centro Europeu Wergeland, ver: https://theewc.org/
- Sobre o Memorial e Centro de Aprendizagem de Utøya, consultar: https://demokrativerksted.no/international/

64 Ver Interactive Software Federation of Europe. Key facts from 2021. In: Interactive Software Federation of Europe. *Video games:* a force for good. 2022. Disponível em: https://www.isfe.eu/wp-content/uploads/2022/08/FINAL-ISFE-EGDFKey-Facts-from-2021-about-Europe-video-games-sector-web.pdf.

curriculares, começando pela seleção – e nos contratos, no escopo de trabalho e nos termos de referência – dos revisores e redatores, que devem observar essa necessidade e garantir que a linguagem seja equilibrada e inclusiva.

Os formuladores de políticas devem:

- ✔ Integrar nos currículos nacionais de Educação para a Cidadania Global (ECG), entre outros, programas desenvolvidos para conscientizar os estudantes sobre as causas e as consequências do discurso de ódio e prepará-los para identificar e rejeitar ideologias extremistas de ódio e violência. Tais programas, juntamente com a formação dos educadores, podem abordar tópicos como passados violentos locais e a história do Holocausto e de outros genocídios e crimes de atrocidade[65];
- ✔ Investir no desenvolvimento de competências essenciais para lidar com o discurso de ódio por meio de programas integrados nos currículos nacionais, em áreas educacionais como a aprendizagem social e emocional, a AMI e a cidadania digital;
- ✔ Revisar os currículos e os materiais didáticos para garantir que estejam livres de estereótipos e de linguagem tendenciosa, e para que incluam diversas perspectivas. Os materiais didáticos devem enfatizar os valores compartilhados e os direitos humanos, com vistas a promover um sentido de unidade e, ao mesmo tempo, abraçar a diversidade;
- ✔ Apoiar o desenvolvimento de materiais e pedagogias que incluam diferenças étnicas, linguísticas e religiosas, de modo a garantir que a educação ofertada apoie os estudantes na construção de sua identidade e do sentido de pertencimento a um grupo que compartilha uma humanidade comum.

Quadro 10 – Boas práticas: educação antirracista na Austrália

Na Austrália, os programas de educação antirracista do Departamento de Educação do estado de Nova Gales do Sul, que são adequados para essa finalidade em todas as escolas do país, desenvolvem recursos para apoiar os professores na oferta dessa educação nas salas de aula, mesmo no nível pré-escolar, com ideias para lições, atividades e materiais de estímulo elaborados para ajudá-los a construir o conhecimento básico e as habilidades necessárias para combater o racismo, o preconceito e a discriminação. Os programas disponibilizam esses recursos para os docentes, juntamente com um conjunto de atividades baseadas em computadores, por meio de um *site* criado para esse objetivo.

ℹ Para mais informações, consultar: https://racismnoway.com.au/

Quadro 11 – Boas práticas: educação para a prevenção do genocídio em Ruanda

Em Ruanda, o Conselho de Educação e o Ministério da Educação incluíram estudos sobre genocídio nos currículos de suas instituições de ensino primário, secundário e superior. O currículo, desenvolvido em 2008, incorporou o genocídio perpetrado no país contra os tutsis, no qual hutus moderados e outros grupos que se opunham também foram mortos. O currículo enfatiza as qualidades unificadoras e inclusivas da nacionalidade, da cidadania e do patriotismo, em detrimento da etnia. Dessa forma, o foco é colocado em uma identidade coletiva como a ruandesa, em vez de hutu ou tutsi.

ℹ Para mais informações, consultar: https://pt.unesco.org/news/interview-educating-about-genocide-against-tutsi-rwanda-25-years-later

65 Incluindo o genocídio contra os tutsis em Ruanda e o genocídio de Srebrenica.

Os professores em período de pré-serviço e aqueles já atuantes e em serviço também devem participar do processo de revisão de currículos e livros didáticos, bem como do desenvolvimento de novos recursos e orientações, para que os novos materiais possam ser efetivamente utilizados pelos educadores em suas práticas pedagógicas.

Reforço das capacidades dos professores – orientação e formação

Capacitar os professores para lidar com o discurso de ódio

Os sistemas educacionais devem dedicar muita atenção à capacitação dos professores, com formação inicial e em serviço para que estes sejam capazes de enfrentar e combater o discurso de ódio relacionado a questões que causam controvérsias e divisões na sociedade. Alguns professores podem não ter o conhecimento, a experiência ou a autoconfiança para conduzir uma aula e criar um espaço seguro para discutir o assunto. Professores e todos os educadores necessitam de formação para facilitar o diálogo desafiador sobre questões polêmicas que rompem a coesão da comunidade. Conduzir conversas difíceis é uma habilidade essencial para a criação de ambientes de aprendizagem inclusivos e seguros, nos quais os estudantes possam se envolver com empatia e solidariedade e aprender com a experiência dos outros.

Ferramentas e cursos de formação devem ajudar os educadores a praticar o diálogo e a compartilhar com os colegas suas experiências na prevenção e nas respostas ao discurso de ódio, de modo a promover a liberdade de expressão. Além disso, essas ferramentas e formações devem oferecer conselhos concretos, com exemplos, sobre como responder ao discurso de ódio em um ambiente escolar. A integração das ciências humanas em lições sobre crimes de atrocidade contemporâneos e históricos – com o uso de poesia, romances e histórias dos sobreviventes, vítimas e testemunhas – tem sido usada para ajudar os estudantes a se engajarem na importante aprendizagem social e emocional sobre passados difíceis.

Os educadores também podem organizar viagens de campo e visitas a memoriais, museus de direitos humanos ou outros locais de homenagem, como uma estratégia de aprendizagem prática e de observação *in loco*.

Quadro 12 – Engajamento dos jovens para a coesão social no Sul da Ásia

Em resposta aos níveis crescentes de polarização, tensões sociais e manifestações que causam divisões, tanto *online* quanto *offline*, o Escritório da UNESCO em Nova Deli lançou uma série regional de oficinas para 350 jovens líderes comunitários e representantes de organizações juvenis nos seguintes países: Bangladesh, Índia, Nepal, Maldivas e Sri Lanka. A série teve como objetivo desenvolver as capacidades dos líderes juvenis para apoiar a resiliência socioemocional em suas comunidades, reforçando a coesão social e o diálogo intercultural como fundamentos essenciais para uma paz sustentável. Após a formação, os líderes jovens receberam apoio para implementar as abordagens em seus próprios contextos e comunidades.

ℹ Para mais informações, consultar: https://mgiep.unesco.org/article/launch-of-a-new-regional-workshop-series-to-drive-social-cohesion-in- south-asia

Os professores também precisam ter acesso adequado a informações e orientações para garantir uma massa crítica de entendimento entre a equipe educacional, juntamente

com recursos centralizados que definam as principais tendências emergentes *online* às quais os educadores normalmente podem não ter contato, como a desinformação, que está ganhando força nas redes sociais; nova terminologia ou iconografia *dog whistle*[66], usada para manifestar ideias de ódio; a crescente popularidade de determinada aplicativo ou plataforma entre os jovens; o aumento das denúncias de incidentes de ódio e assédio; ou as táticas de recrutamento de um movimento extremista violento. O desenvolvimento desses materiais pode ser realizado por especialistas do setor e/ou encomendado por um ministério da Educação, e os materiais em si devem ser vistos como guias de referência para as pessoas que estão realizando intervenções nessa área.

Proteção, apoio e formação

A educação formal deve preparar os professores para lidarem com o discurso de ódio desde a primeira infância, o que requer formação para a prevenção desse discurso em ambientes formais e não formais. Em sala de aula, os professores precisam de formação inicial e em serviço para adquirir uma ampla gama de habilidades e competências, bem como o conhecimento sobre as causas profundas do discurso de ódio e dos mecanismos, das pedagogias e das ferramentas para lidar com elas. Os professores também necessitam ter acesso às ferramentas e à formação para entender as consequências do discurso de ódio, como ele se relaciona com a liberdade de expressão e como incorporar a experiência dos estudantes – às quais e onde eles estão expostos, incluindo no ambiente *online* – nos processos de ensino e aprendizagem.

Quadro 13 – Boas práticas: enfrentar o racismo na Nova Zelândia

Um exemplo importante de capacitação de professores pode ser visto na Nova Zelândia, onde, desde o final de 2018, o Conselho de Ensino tem colaborado com uma iniciativa para "criar conversas sobre racismo em Aotearoa" ["terra da longa nuvem branca", o nome maori para a Nova Zelândia]. Como órgão de classe de todos os professores do país, o Conselho de Ensino apoia os esforços para garantir que os profissionais tenham um ambiente seguro e produtivo para conduzir essas conversas. O projeto *Unteach Racism* (Desaprender o Racismo), que visa apoiar os professores na identificação, no confronto e na desconstrução do racismo na educação, reconhece que o racismo é aprendido e pode, portanto, ser desaprendido. O projeto reconhece a experiência e a capacidade únicas dos professores para enfrentar esse desafio e inspirar as outras pessoas a fazerem o mesmo.

ℹ Para mais informações sobre o projeto Unteach Racism, consultar: https:// www.unteachracism.nz/about-un-teach-racism.html

Os professores também precisam de espaço e formação para desenvolver em seus estudantes habilidades de aprendizagem social e emocional por meio de pedagogias experimentais, colaborativas, inclusivas e sensíveis em termos culturais. Os resultados dessa formação devem moldar e espelhar os resultados que se espera ter entre os estudantes, como sua participação na aprendizagem social e emocional, bem como as oportunidades para que trabalhem com seus próprios vieses e aprimorem sua capacidade

66 No âmbito da política, *dog whistle* (literalmente, "apito de cachorro") é uma observação, um discurso, um anúncio etc. feito por um político que se destina a ser compreendido por um determinado grupo, em especial um que tenha sentimentos de racismo ou ódio, mas sem realmente expressar esses sentimentos.

de lidar com passados difíceis e materiais desafiadores. Os professores necessitam de apoio para desenvolver essas habilidades de aprendizagem social e emocional, de forma que lhes permitam construir uma relação de cuidado com os estudantes, estar abertos a diversos contextos e situações culturais, participar de práticas colaborativas com estudantes, colegas, pais e responsáveis e resolver conflitos de maneira construtiva.

Por fim, os professores precisam aprender as habilidades e conhecer as informações específicas para ajudá-los a reconhecer os sinais de alerta de seus estudantes ou colegas expostos ao discurso de ódio. Esses sinais podem incluir a ocorrência, em discussões de classe, do pensamento "nós *versus* eles" ou ideias sobre a superioridade ou a inferioridade de certos grupos, por exemplo, e pode ser o presságio de uma maior radicalização que pode resultar em desumanização, desengajamento moral e apoio – ou envolvimento ativo – na violência política. Os professores também necessitam de habilidades específicas em alfabetização digital e em AMI. Muitos educadores se sentem mal preparados ou não têm a confiança para realizar atividades a fim de combater os danos causados no ambiente *online*. No caso de alguns, as tecnologias atuais não existiam quando eles próprios eram estudantes ou estagiários, ou essas tecnologias evoluíram para além do seu reconhecimento; outros se preocupam por não serem "mensageiros" confiáveis sobre o tema, principalmente aos olhos dos jovens; e ainda muitos deles nunca tiveram qualquer AMI – ou mesmo treinamento em segurança básica na internet –, formando-se por conta própria; portanto, são relativamente pouco familiarizados com os conceitos e com a terminologia.

A capacidade de reconhecer melhor o problema em seus estágios iniciais, identificar os danos do ambiente *online* e usar a tecnologia corresponde a um tipo específico de capacitação com base em habilidades.

No entanto, os professores e funcionários – juntamente com os estudantes – também precisam de apoio para elaborar estratégias e abordagens para garantir as interações pedagógicas e pessoais, a fim de responder efetivamente e combater o discurso de ódio quando ele ocorre em – ou quando afeta diretamente – ambientes educacionais. Isso inclui fornecer a eles tempo e recursos adequados, ferramentas e formação, com cenários hipotéticos e exemplos de respostas, práticas de diálogo e conselhos concretos para reconhecer, reduzir a escala e responder imediatamente a incidentes que envolvam estereótipos, suposições desumanas, manifestações de exclusão, discurso abusivo e de ódio, intimidação, assédio ou violência. Os professores necessitam de materiais de aprendizagem e sugestões práticas, com exemplos, sobre como reagir ao discurso de ódio em todas as suas formas. Os líderes escolares, por sua vez, podem incentivar a aprendizagem colaborativa e o trabalho em equipe entre os professores, como meios eficazes de capacitação entre pares para enfrentar o discurso de ódio.

Professores e funcionários – juntamente com os estudantes – também precisam de apoio quando se tornam alvos de ódio ou assédio, inclusive *online*. Além de saber como responder em termos pedagógicos ao ódio quando o presenciam na sala de aula, na escola ou em outros ambientes de aprendizagem, os professores devem estar preparados para a possibilidade de serem eles mesmos alvo de manifestações de ódio por parte de estudantes, pais ou responsáveis, colegas ou da comunidade em geral. Os líderes escolares e os formuladores de políticas educacionais devem considerar a responsabilidade das instituições em relação aos seus funcionários, com relação a avaliar não apenas as ameaças à sua segurança, mas também o custo emocional e psicológico da exposição ao ódio – esse custo

é ainda maior para os professores que são membros de grupos historicamente excluídos ou "minorizados", pois têm maior propensão a receber mensagens de ódio.

Professores e funcionários necessitam de políticas e processos para protegê-los e apoiá-los quando são alvos do ódio.

Os formuladores de políticas devem:

- ✔ Apoiar as instituições de formação docente no desenvolvimento de cursos pré-serviço e em serviço para ajudar os educadores a enfrentarem o discurso de ódio na e por meio da educação, por meio, entre outros, de conscientização, intervenções em sala de aula e pedagogias destinadas a fortalecer a resistência dos estudantes às narrativas de ódio. Isso inclui tornar regra e prática a integração da aprendizagem social e emocional com a AMI em todos os currículos oficiais de formação de professores;
- ✔ Fornecer aos professores orientação sobre como responder de forma confidencial aos estudantes quando forem confrontados com discurso de ódio, seja diretamente na sala de aula, no ambiente educacional ou na comunidade em geral. Isso inclui o fortalecimento da capacidade de ensinar sobre discurso de ódio, abordar os preconceitos subjacentes e conduzir discussões relacionadas a esses temas em sala de aula.

Fortalecimento da resiliência institucional ao discurso de ódio

Abordagens de toda a escola e centradas no estudante

Confrontar o discurso de ódio não é uma tarefa a ser delegada a um único professor. Exige que as instituições educacionais em todos os níveis – primário, secundário e universitário – desenvolvam marcos, estratégias e rotinas para enfrentar esse discurso de ódio, implementá-las na política escolar e disseminá-las de forma ampla. Enfrentar o discurso de ódio por meio da educação, de maneira eficaz, requer abordagens para garantir sua integração com múltiplas áreas acadêmicas de estudo em vários currículos, formais e não formais, da pré-escola ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida, bem como abordagens de toda a escola para a formulação de políticas, inter-relações, celebrações, eventos esportivos e outras atividades extracurriculares. Requer uma combinação de habilidades, valores, atitudes e comportamentos que as pessoas aprendem ao longo do tempo – como um estudante ou professor, ou um cidadão e um membro da comunidade. Os líderes escolares estão bem-posicionados para implementar abordagens integradas de toda a escola, reunindo professores de diferentes disciplinas e criando programas em toda a instituição para enfrentar o discurso de ódio por meio, entre outros, de assembleias escolares, eventos e palestrantes convidados.

As estratégias de prevenção e combate devem ser fundamentadas no mandato educacional da instituição. Ao responder a um incidente de ódio, as instituições educacionais devem não apenas oferecer apoio às pessoas que são seus alvos, mas também considerar o bem-estar de todos os estudantes e o ambiente de aprendizagem como um todo.

A ênfase na elaboração dos programas deve ser colocada na aprendizagem aplicada e nas abordagens que oferecem cenários do mundo real e promovem a aprendizagem e a interatividade de pares, sempre que possível. Embora os resultados imediatos pretendidos possam se concentrar no desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências para identificar informações incorretas e desinformação, verificar fontes e explicar sobre as leis relacionadas à liberdade de expressão, esse não deve ser o objetivo final. De maneira ideal, as intervenções devem contribuir para a mudança de atitudes e comportamentos, o que não é um fato – quando o comportamento cívico é definido e disseminando no espaço *online*, alcançar esse objetivo de longo prazo exigirá mais aprendizagem e mais apoio experiencial. Os educadores devem considerar como os currículos ou meios de oferta mais tradicionais podem ser ampliados por meio de projetos de ação cívica digital, por exemplo, ou campanhas estudantis, oficinas intergeracionais e até mesmo consultas a autoridades públicas, nas quais os estudantes propõem formas de mitigar e combater o ódio com base em suas experiências.

Criar ambientes de aprendizagem seguros, respeitosos, inclusivos e participativos

Enfrentar o discurso de ódio não é apenas uma questão de se ter um melhor reconhecimento do problema e maior responsabilidade quanto a ele. Demanda a criação de ambientes em que o ódio não consiga prosperar; e a criação de um ambiente de aprendizagem seguro, respeitoso e inclusivo, que é uma parte fundamental do mandato da escola, requer que o discurso de ódio seja enfrentado. Por outro lado, as abordagens educacionais para combater esse discurso somente funcionarão se os esforços curriculares e pedagógicos fizerem parte de um compromisso mais amplo de criar e manter ambientes de aprendizagem respeitosos e inclusivos.

Isso inclui ajudar os professores e outros funcionários a entenderem os fatores de impulso e atração que levam as pessoas ao discurso de ódio, e desenvolver estratégias preventivas para neutralizá-los, promovendo sentimentos de pertencimento, inclusão, propósito, significado e participação. Os estudantes necessitam de ambientes e comunidades de aprendizagem que sejam caracterizados por objetivos e valores positivos em relação a valores como: coesão social, respeito pela diversidade, conexão, sentido de pertencimento, respeito mútuo, colaboração e coexistência pacífica. Devem existir caminhos para sanar os impactos de episódios prejudiciais, de maneira a trazer justiça, restaurar a confiança e reconstruir a resiliência, em vez de fomentar suspeitas e causar ainda mais danos.

Quadro 14 – Boas práticas: desenvolver ambientes escolares respeitosos no Brasil

O projeto Respeitar é Preciso, implementado no Brasil, foi desenvolvido pelo Instituto Vladimir Herzog, em estreita colaboração com a Secretaria Municipal de Educação e com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania do Estado de São Paulo, com o objetivo de disseminar a educação em direitos humanos e promover o respeito mútuo, o respeito pela diversidade e ambientes de aprendizagem seguros nas escolas públicas. Por meio de formações presenciais e *online* – apoiadas por materiais desenvolvidos pelo Instituto sobre temas como educação em direitos humanos para todas as idades, respeito na escola, diversidade e discriminação, respeito e humilhação, democracia na escola e mediação de conflitos –, o projeto alcança educadores e toda a comunidade escolar de São Paulo e, mais recentemente, da cidade de Goiana, em Pernambuco. A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo reconheceu os cursos em 2018, garantindo assim pontos na carreira para estagiários; além disso, o projeto alcançou educadores, professores e estudantes em mais de 1,5 mil escolas.

ℹ Saiba mais em: https://respeitarepreciso.org.br/ (apenas em português).

Em muitos países, esse trabalho pode incluir o uso de exemplos indígenas positivos – modelos religiosos de compaixão, empatia, bondade ou perdão, por exemplo, em que tais tradições são ressoam localmente –, com o objetivo de integrar abordagens de combate ao discurso de ódio com percepções e valores locais. Isso pode ser útil para evitar que padrões e ideias estrangeiras e mundiais sejam percebidos como relíquias impostas por sistemas colonialistas ou imperialistas que são descolados das realidades locais. É essencial garantir que as necessidades dos estudantes de grupos religiosos e étnicos historicamente excluídos e minoritários, incluindo povos indígenas, e que os modelos locais e indígenas, em vez de impor uma visão unilateral, sejam integrados como modelos de inclusão.

As práticas escolares precisam desenvolver uma cultura de confiança, inclusão e apoio para todos os estudantes, por meio da promoção de um ambiente de pertencimento e aceitação.[67] Tais abordagens são contrárias às muitas práticas escolares tradicionais que promovem competitividade, exclusividade, hierarquias, classificações e desempenho acadêmico acima de tudo. Os sistemas que promovem valores de sucesso e fracasso, ou competição e conquistas, tendem a promover ambientes propícios a uma aprendizagem social e emocional ruim, intimidação e exclusão de formas que podem criar um terreno mais fértil para que proliferem o discurso e as expressões de ódio. Uma escola inclusiva aborda de maneira proativa questões de marginalização, exclusão, discriminação e injustiça, de modo a facilitar para estudantes e funcionários o reconhecimento e a rejeição ao discurso de ódio. As escolas podem e devem construir ambientes de aprendizagem equitativos, nos quais os estudantes não são apenas instruídos sobre o que é certo, mas demonstram e vivem isso em suas vidas cotidianas. Os ambientes escolares que tiveram êxito nessas áreas são aqueles que promovem a confiança, geram o sentimento de segurança e facilitam uma conexão emocional com colegas, professores e outros funcionários, o que serve para construir a resiliência e apoiar os estudantes diante dos desafios que eles podem encontrar no futuro.

Ambientes de aprendizagem seguros e inclusivos prosperam melhor em contextos educacionais que ofereçam aos estudantes um sentido de controle e propósito, respeito mútuo e uma aceitação inclusiva da diversidade e da educação multicultural. Aqui, o foco deve ser nas trocas abertas e no respeito. Pesquisas têm demonstrado o valor das pedagogias experimentais, baseadas em projetos, centradas nos estudantes, participativas e colaborativas, nos formatos *online* e *offline*, na promoção da aprendizagem social e emocional. Isso Inclui uma abordagem de toda a escola, um compromisso interdisciplinar e a promoção de um ambiente escolar inclusivo que fomente em todos um sentimento de pertencimento. Isso significa buscar não apenas indivíduos resilientes, mas também sistemas de construção de resiliência. Concentrar-se na resiliência individual coloca muita pressão e responsabilidade sobre os estudantes para que eles e elas prosperem em um ambiente desigual ou inóspito. Em vez disso, deve-se ter foco no desenvolvimento de sistemas de construção de resiliência e ambientes de aprendizagem escolar em que é mais difícil para o discurso de ódio prosperar.

Enfatizar as culturas escolares integrais que incentivam a diversidade e a inclusão

Os esforços neste campo exigirão que se dê ênfase, entre outros, à melhoria da coesão social e da equidade na e por meio da educação. Os estudantes são observadores atentos da forma (boa ou ruim) como suas comunidades e sociedades lidam com as diferenças, e se elas permitem e incentivam o diálogo complexo, inclusive além das fronteiras

67 Ver Malafaia *et al.* (2018).

do país. A questão é: em que tipo de cultura mais ampla de aprendizagem, de sala de aula e de escola os estudantes estão inseridos? Eles são condenados ao ostracismo e expostos por seus erros, ou são apoiados quando cometem um erro, expressam sentimentos de insegurança ou incerteza, e experimentam novas ideias e conceitos?[68]

A abordagem holística, de toda a escola e com a participação plena de todos os atores da comunidade escolar, tanto dentro como fora de seus muros, é muito eficaz na abordagem do discurso de ódio.

Os estudantes absorvem uma série de lições de seu ambiente educacional, muitas das quais vão muito além do que aprendem no ensino formal. Eles observam padrões de exclusão e inclusão, as hierarquias de poder entre a equipe educacional e de apoio, por exemplo, e se e como a diversidade se reflete na liderança escolar. As escolas nas quais existe uma cultura-modelo de diversidade inclusiva como uma prática vivenciada avaliarão regularmente as políticas e as práticas existentes, inclusive no que diz respeito a seus processos de seleção e contratação, ao uso do nome e do mascote da escola, à escolha de comemorações de feriados, viagens de campo ou palestrantes convidados e eventos em toda a escola. Cada uma dessas escolhas contribui para o fluxo constante de "sinais" enviados aos estudantes e a suas famílias e comunidades, os quais indicam o que é valorizado e se e como "hierarquias de desigualdade" ou silêncios relativos à representação são contestados ou reproduzidos sem questionamentos.

Quadro 15 – Boas práticas: integrar estudantes refugiados na Grécia

Na Grécia, país que é um dos principais portos de entrada dos refugiados que chegam à Europa, o projeto nacional Escolas para Todos visa integrar os estudantes refugiados nas escolas gregas por meio de uma abordagem holística, de toda a escola. Com o apoio do Ministério da Educação, diretores e professores são formados para criar escolas e salas de aula seguras e inclusivas, nas quais os refugiados são recebidos em um ambiente de aprendizagem que ofereça educação de qualidade para todos. Por meio da formação e do apoio em serviço, o projeto fornece aos educadores as ferramentas, as habilidades e a confiança para administrar controvérsias e lidar com questões de intolerância, discriminação, racismo e discurso de ódio na escola e na comunidade local. Ao longo do ano letivo, as equipes de funcionários escolares são orientadas e apoiadas por instrutores experientes no desenvolvimento e na implementação de planos de ação, elaborados por eles de acordo com suas respectivas necessidades.

ℹ Para mais informações, consultar: https://theewc. org/projects/integration-of-refu-gee-chil- dren-in-greek-schools/

Integrar os esforços escolares com as ações da família e da comunidade

Tais questões não podem ser abordadas no vácuo. Para serem eficazes, os esforços para enfrentar o discurso de ódio na escola devem ocorrer no longo prazo, bem como devem ser

68 Para recursos e leitura adicional nesta área, consultar os relatórios e as publicações do projeto CATCH-EyouU, financiado pela União Europeia (EU) sobre educação de cidadãos críticos, disponível em: https://zenodo.org/record/2671572#.YisRwS-l10s Ver também Banaji e Mejias (2021) e Mejias e Banaji (2019), e a apresentação principal sobre o trabalho mais amplo das escolas na promoção da educação cívica que mitiga o discurso de ódio, apresentado por Isabel Menezes na reunião de 2020 da Associação Europeia de Pesquisa Educacional. Essa apresentação, intitulada "On the significance of connecting and dissenting for political education: an ecological-situated view of schools as communities within communities (Sobre o significado de conectar e discordar para a educação política: uma visão ecológica das escolas como comunidades dentro das comunidades)", está disponível em: https://eera-ecer.de/previous-ecers/ecer-2020-glasgow/programme/ecer-keynotes/ isabel-menezes/.

sistemáticos, integrais, fundamentados nas necessidades reais da escola e em sua prática cotidiana e, por fim, conduzidos pela própria escola. Sempre que possível, as famílias e as comunidades devem participar de consultas sobre como lidar com a discriminação, o preconceito e o ódio. Estratégias e procedimentos de resposta ao discurso de ódio devem ser implementadas na política escolar e disseminadas à comunidade escolar mais ampla – incluindo pais, responsáveis, jovens trabalhadores e voluntários que trabalham com crianças, entre outros –, não permanecendo somente como responsabilidade individual dos professores. Os pais ou responsáveis precisam ser incluídos, ter uma voz representativa na escola e ter oportunidades de estabelecer uma relação de trabalho estreita com ela e com a comunidade em geral. Isso é especialmente verdadeiro no caso de pais ou responsáveis de grupos marginalizados e minoritários que têm maior probabilidade de serem alvos de ódio; essas pessoas, em particular, devem ser incentivadas a integrar os esforços da escola para enfrentar o discurso de ódio. Nos locais onde a discriminação, o preconceito e o ódio vêm da comunidade em geral, as escolas devem ser capacitadas – de forma legal e prática – para ensinar às crianças estratégias alternativas para compreender e desenvolver solidariedade e empatia com os colegas.

Os formuladores de políticas devem:

- ✔ Criar marcos de apoio e orientação para uma abordagem holística, de toda a escola, para promover a tolerância, a inclusão e as oportunidades de diálogo e de troca fora da aprendizagem formal, a fim de fortalecer a resistência ao ódio e ao preconceito, inclusive por meio de atividades extracurriculares, como esportes, atividades artísticas e culturais e serviços comunitários;
- ✔ Fortalecer as capacidades das instituições educacionais, dos diretores e gestores de introduzir políticas antidiscriminatórias, programas de orientação e apoio, e ferramentas de avaliação para enfrentar e prevenir o discurso de ódio, inclusive por meio de abordagens comunitárias que extrapolam os limites de suas instituições;
- ✔ Garantir que os sistemas e as instituições educacionais defendam a liberdade de expressão, ao mesmo tempo em que demonstram respeito por ideias e opiniões conflitantes e concorrentes.

Quadro 16 – Boas práticas: aprender sobre a diversidade nos Países Baixos

Nos Países Baixos, a Fundação Anne Frank oferece aulas interativas *online* sobre diversidade e discriminação, por meio de uma ferramenta chamada *Stories that Move* (Histórias que se movem), disponível em sete línguas e baseada nas histórias e nas experiências reais dos jovens. Paralelamente, a Fundação também está executando um programa de debate educacional em Amsterdã, no qual os jovens criam seus próprios filmes sobre os dilemas de suas comunidades, incluindo o discurso de ódio.

ℹ Para obter mais informações sobre a ferramenta Stories that Move, consultar: https://www.annefrank.org/en/education/ product/33/stories-that-move/

Construção de parcerias

Os sistemas educacionais não são capazes de realizar essas tarefas sozinhos. Os governos nacionais, regionais e locais podem firmar parcerias com a sociedade civil, com organizações juvenis, com empresas de tecnologia e de rede social e com outras entidades do setor privado e trabalhar em colaboração com elas de maneira a prevenir, enfrentar e combater o discurso de ódio e a desinformação, bem como promover a liberdade de expressão. Várias organizações que estabeleceram parcerias para combater o discurso e os crimes de ódio contra a comunidade de gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros e *queers* (ou pessoas que estão se questionando) na África Austral, por exemplo, atualmente trabalham por meio do setor educacional para incluir um componente de diversidade sexual nos currículos e auxiliar os professores a aprimorar seus conhecimentos relacionados à orientação sexual.[69]

Parcerias acadêmicas e na área de pesquisa também são essenciais. Os formuladores de políticas educacionais devem promover e sustentar uma estreita colaboração com pesquisadores e institutos de pesquisa, com o objetivo de estabelecer políticas e intervenções relacionadas ao discurso de ódio. Tais parcerias podem ajudar a avaliar e analisar os impactos e a eficácia das novas políticas quanto a promover mudanças de atitudes e comportamentos, e podem ajudar na consideração e nas respostas às últimas tendências de provas e práticas científicas para garantir que as abordagens sejam baseadas em evidências e apoiadas por pesquisas rigorosas.

As empresas de internet podem desempenhar um papel específico, dedicando tempo e recursos à formulação de políticas seguras de monitoramento, políticas de redução de alcance ou deplataformização em suas respectivas plataformas, e contribuindo para os esforços educacionais mais amplos a fim de enfrentar e combater o discurso de ódio, inclusive investindo em ferramentas e currículos que permitam aos estudantes reconhecerem e responderem à desinformação. Para garantir a transparência e a aplicabilidade dos resultados das pesquisas, no entanto, é essencial garantir financiamento independente e melhor acesso a dados para pesquisas acadêmicas sobre discurso de ódio e sobre o papel das empresas de tecnologia e internet.

Outros atores corporativos e da sociedade civil também devem participar do desenvolvimento de uma abordagem integral, de toda a sociedade, para compreender e combater o discurso de ódio por meio da educação, em particular nas instâncias em que sua manifestação e disseminação já são problemáticas, como em equipes esportivas e estádios, no comércio varejista e na indústria da música. Iniciativas do setor privado, como a Chefs Stopping AAPI Hate, têm demonstrado como as comunidades locais podem se unir para apoiar esforços específicos a fim de conscientizar sobre – e acabar com – manifestações de racismo e violência racista.[70] Entre os exemplos de programas de combate ao ódio lançados em todo o mundo, a campanha "Racism. It Stops with Me" (Racismo. Acaba em mim) – uma iniciativa nacional desenvolvida pela Comissão Australiana de Direitos Humanos em parceria com outros órgãos – fornece ferramentas e recursos para ajudar pessoas e organizações a aprenderem sobre o racismo e se oporem a ele por meio de ações visando a mudanças positivas.[71] O foco renovado na igualdade racial decorrente dos protestos do movimento Black Lives Matter

69 Veja o relatório do Instituto de Direito e Política Internacional, intitulado "Evaluation of the Rights of LGBTI Youth and non-discrimination in Southern Africa", e o trabalho do Fundo de Assistência Internacional de Estudantes e Acadêmicos da Noruega, em: https://saih.no/english/.

70 Para obter mais informações sobre a iniciativa Chefs Stopping AAPI Hate, consultar: https://www.chefsstoppingaapihate.com.

71 Para saber mais sobre a campanha "Racism. It Stops with Me", ver: https://itstopswithme.humanrights.gov.au/.

Os formuladores de políticas devem:

- ✔ Fornecer recursos e apoio financeiro às organizações da sociedade civil (OSCs) envolvidas no combate ao discurso de ódio;
- ✔ Incentivar o trabalho de prevenção por meio de estratégias educacionais em planos de ação nacionais sobre discurso de ódio e orientações destinadas a atores não estatais, incluindo a sociedade civil e o setor privado;
- ✔ Fortalecer as sinergias entre o governo, a sociedade civil e o setor privado, ao desenvolver estratégias e iniciativas de mitigação do discurso de ódio, incluindo iniciativas educacionais;
- ✔ Garantir a participação dos jovens em consultas sobre o tema e nos esforços de implementação;
- ✔ Ajudar as organizações juvenis a incluírem a aprendizagem da AMI em suas políticas e estratégias como uma parte padrão de suas operações, e formar os jovens como educadores de AMI e colíderes de pares, tanto *online* como *offline*;
- ✔ Fornecer recursos e formação em OSCs, centros de documentação e informação e museus que promovam a educação sobre passados violentos e sobre as origens da violência e do ódio. Fornecer às escolas e às universidades recursos e formação para trabalhar com essas instituições no fortalecimento das oportunidades de aprendizagem extracurricular sobre o discurso de ódio e suas consequências negativas.

(Vidas Negras Importam) e do racismo relacionado à pandemia da COVID-19 levou pessoas e organizações a aprenderem mais, a responderem efetivamente a incidentes específicos e a iniciarem ações para obter mudanças positivas. Iniciativas semelhantes são necessárias em diversas áreas dos setores privado e corporativo. Sindicatos, empregadores locais e pequenas empresas, bem como instituições religiosas e outras organizações comunitárias podem se aproveitar de níveis mais altos de confiança entre as populações locais, quando se trata de envolver adultos fora da educação formal.

Por último, embora o contexto do discurso de ódio possa ser diferente dependendo do país, a produção e a circulação de tal discurso é claramente um fenômeno mundial; portanto, os esforços educacionais para combatê-lo também devem contar com uma colaboração significativa e sustentada em todo o mundo. Isso significa trabalhar em âmbito mundial com organizações internacionais e regionais intersetoriais e associações sem fins lucrativos, entre outras.

4.3 Avaliar o impacto: analisar as iniciativas educacionais para enfrentar o discurso de ódio

As políticas e as estratégias de abordagens educacionais para enfrentar o discurso de ódio devem ser implementadas de maneira cuidadosa, com planos para mensurar seu impacto e sua eficácia. Os pontos de orientação para os sistemas educacionais nacionais, regionais e locais a serem considerados a esse respeito incluem o seguinte:

Uma nova abordagem educacional deve ser testada, sempre que possível, em um ambiente de pequena escala e avaliada de maneira cuidadosa por meio de um processo de avaliação

contínua no decorrer da implementação das novas estratégias ou iniciativas, incluindo seus resultados. As medidas de sucesso devem se basear não apenas em dados quantitativos, como o número de pessoas formadas e de escolas com o novo currículo, mas também em indicadores qualitativos de mudança de atitudes e comportamentos entre estudantes, funcionários e líderes escolares. Em outras palavras, o sucesso de uma intervenção também deve ser avaliado à luz de evidências sobre se ocorreu um declínio da simpatia e do apoio a grupos de ódio, por exemplo, e da disposição de compartilhar ou defender propaganda ou outros tipos de conteúdo que discriminam grupos ou indivíduos com base em sua identidade.

As avaliações de impacto podem ser desenvolvidas em parceria com pesquisadores locais e/ou faculdades e universidades, e disseminadas nos âmbitos nacional ou regional. Intervenções-piloto, como a introdução de conteúdos que abordam o discurso de ódio nos currículos escolares, podem ser concebidas para incluir avaliações pré e pós-teste, para aferir as atitudes e crenças relatadas pelos próprios participantes sobre os grupos ou indivíduos que são alvos, ou sua compreensão sobre o discurso de ódio, suas causas profundas, as proteções nacionais– e as limitações – da liberdade de expressão, as proteções de opinião e suas limitações em qualquer ambiente educacional e contexto legislativo ou institucional.

É importante perceber que o sucesso das análises de significância estatística requer formação específica para garantir as habilidades necessárias na elaboração da avaliação, da mensuração e na análise de dados.

As abordagens de avaliação de impacto também devem ser elaboradas para incluir pesquisas experimentais ou quase experimentais – com grupos focais, entrevistas e observação participativa – para entender e aferir as perspectivas e experiências de estudantes, professores, gestores, pais ou responsáveis e membros da comunidade em geral, com os resultados de uma classe-piloto ou uma intervenção em toda a escola em comparação com um cenário análogo.

As abordagens de método misto, que combinam a coleta de dados qualitativos e quantitativos, produzirão dados robustos para avaliar o impacto das intervenções e se elas estão sendo bem ou mal recebidas pela comunidade em geral. Elas também exigirão critérios de avaliação sólidos e confiáveis, desenvolvidos por educadores locais, regionais e estatais em parceria com, entre outros, acadêmicos locais, pesquisadores universitários e laboratórios de ideias. As intervenções-piloto bem-sucedidas podem, então, ser ampliadas para os âmbitos regional e nacional, com uma margem de confiança em seu impacto potencial.

Os formuladores de políticas devem:

- ✔ Testar novas abordagens educacionais para enfrentar o discurso de ódio, realizando o piloto de programas e práticas com do público local antes de uma implementação mais ampla;
- ✔ Identificar parâmetros claros para mensurar o sucesso das políticas e dos programas de educação no enfrentamento ao discurso de ódio, por meio do acompanhamento e da avaliação, com linhas de base claras e metas realistas, mas ambiciosas;
- ✔ Garantir que o monitoramento e a avaliação incorporem diferentes perspectivas e captem de maneira adequada a diversidade do(s) grupo(s)-alvo(s);
- ✔ Considerar abordagens de método misto, que combinam estratégias de coleta de dados qualitativos e quantitativos, para a obtenção de resultados robustos.

Anexos

Anexo I

Termos-chave[72]

Desinformação	Informações falsas ou erradas ou conteúdo criado de forma deliberada para enganar ou fornecer uma compreensão imprecisa de um problema. Muitas vezes, é apresentada como se fosse baseada em fatos, mas na realidade é intencionalmente falsa. É compartilhada deliberadamente, com a intenção de prejudicar ou desinformar.
Informação incorreta	Informações falsas compartilhadas de maneira involuntária, sem a intenção de prejudicar, mas com consequências potencial e igualmente negativas. Pode enganar pares e colegas, aumentar a confusão sobre as questões, criar divisões entre grupos e comunidades e dentro deles e, em casos extremos, colocar vidas em perigo. Informação incorreta é, assim, a desinformação compartilhada como um fato, de maneira involuntária e por um público mal-informado.
Má informação	Fatos utilizados fora de contexto com a intenção de manipular ou enganar.
Propaganda	Informações falsas, tendenciosas ou enganosas utilizadas de forma intencional para enganar, manipular ou persuadir as pessoas a acreditarem em um ponto de vista político ou ideológico.
Bolha de filtro	Ocorre quando o conteúdo é sugerido aos usuários *online* com base em hábitos anteriores na internet, dados pessoais e interações. É um produto de algoritmos e outras tecnologias que funcionam para criar experiências mais personalizadas para os usuários. Apesar das claras vantagens de uma "web individualizada", com o tempo, isso pode isolar os usuários de pontos de vista ou interesses diferentes dos seus, o que, a longo prazo, pode limitar sua compreensão sobre assuntos ou eventos complexos, assim como reduzir a empatia e o diálogo entre diferentes grupos.
Câmara de eco	Espaço social no qual ideias, opiniões e crenças são reforçadas por repetição dentro de um grupo fechado. Pode ocorrer em plataformas convencionais e nas mais *fringe* (de cunho ativista) ou *alt-tech* (tecnologias alternativas).

72 Essas definições são adaptadas de várias fontes e relatórios *online* e das definições utilizadas pelo Polarization and Extremism Research and Innovation Lab (Laboratório de Pesquisa e Inovação em Polarização e Extremismo – PERIL) da American University. Recomendamos Lock e Ludolph (2019) para leitura adicional sobre os tipos de propaganda e desinformação *online*. Disponível sob CC-BY NC 4.0.

***Clickbait* monetizado**	Conteúdo sensacionalista, incendiário ou manipulador em termos emocionais, produzido para direcionar o tráfego para um *site* e, por sua vez, gerar publicidade ou outras receitas para o *host* do *site*.
Mídia tendenciosa	Meio de comunicação que mostra favoritismo ou preconceito em relação a uma determinada opinião, em conteúdo(s) apresentado(s), em linguagem muitas vezes apelativa ou emotiva, como "fato(s)". Conteúdo enviesado, seja positivo ou negativo, que pode adotar um enquadramento "preto e branco" e exagerado de "heróis e vilões" de histórias que apelam para as emoções dos leitores, ao invés de incentivá-los a pensar de forma crítica. Com a formação de expressivos "silos" de mídia em muitos países e mercados, é fundamental ter a capacidade de distinguir reportagens neutras, como "notícias de última hora", de peças e artigos "de opinião".
Agrupamento "nós versus eles"	Divide o mundo em grupos vistos de forma positiva ou vitimizados ("nós") e grupos externos vistos ou estereotipados de forma negativa ("eles"), com base em uma ampla gama de características, como raça, religião, gênero, classe, nacionalidade e visões políticas. As divisões também podem se basear nas equipes esportivas que as pessoas apoiam, em seus gostos musicais ou nos videogames que jogam – às vezes chamado de "cultura de fãs" (*fan culture* ou *fandom*).

Anexo II

Resumo das conclusões dos presidentes da Conferência Mundial de Ministros da Educação sobre o enfrentamento ao discurso de ódio por meio da educação

Em junho de 2019, António Guterres, secretário-geral das ONU, lançou uma estratégia para aprimorar a resposta das Nações Unidas ao fenômeno mundial do discurso de ódio. Como parte da implementação da Estratégia e Plano de Ação das Nações Unidas contra o Discurso de Ódio, o secretário-geral convidou a UNESCO e o Escritório das Nações Unidas para a Prevenção do Genocídio e Responsabilidade de Proteger (Office on Genocide Prevention and the Responsibility to Protect – UNOGPRP) para convocar uma Conferência Mundial de Ministros da Educação sobre como enfrentar o discurso de ódio por meio da educação, realizada de forma *online* em 26 de outubro de 2021. As recomendações para o caminho a seguir são descritas abaixo, conforme documento preparado pelos dois presidentes da Conferência, Audrey Azoulay, diretora-geral da UNESCO, e Hage Gottfried Geingob, presidente da Namíbia.

1. Em 26 de outubro de 2021, a comunidade internacional, incluindo chefes de Estado e ministros da Educação, se reuniu para a Conferência Mundial de Ministros da Educação, realizada de forma virtual, sobre como enfrentar o discurso de ódio por meio da educação, organizada pela UNESCO e pelo Escritório das Nações Unidas para a Prevenção do Genocídio e Responsabilidade de Proteger. A reunião, convocada pelo secretário-geral, saudou as conclusões do Fórum Multilateral "Abordando o discurso de ódio por meio da educação", realizado em 30 de setembro e 1º de outubro de 2021.

2. Nós, os presidentes, continuamos preocupados com o aumento alarmante do discurso de ódio dirigido a pessoas e grupos-alvo específicos em todo o mundo, ameaçando os direitos humanos e a estabilidade social, agravando conflitos e tensões, contribuindo para graves violações dos direitos humanos, incluindo crimes de atrocidade, e ameaçando a realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Também reconhecemos que, no contexto da pandemia da COVID-19, conteúdo de ódio, desinformação e teorias da conspiração varreram o mundo, agravando preconceitos pré-existentes, estereótipos prejudiciais, intolerância e discriminação. Enfrentar e combater o discurso de ódio de forma eficaz requer uma abordagem integral que trate tanto de suas causas quanto de seu impacto.

3. De acordo com a Estratégia e Plano de Ação das Nações Unidas contra o Discurso de Ódio, que coloca ênfase específica no papel da educação para enfrentar esse discurso, os participantes reconhecem o poder transformador da educação como uma ferramenta fundamental para enfrentar as causas profundas e os fatores que impulsionam o discurso de ódio e promover sociedades pacíficas, inclusivas e justas para todos, de acordo com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

4. De acordo com as deliberações da Conferência, e levando em conta os contextos locais, as capacidades e os recursos disponíveis, nós, os presidentes, recomendamos que as autoridades educacionais priorizem:

(a) a implementação de intervenções educacionais específicas destinadas a enfrentar explicitamente o discurso de ódio em todos os níveis de educação, com uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida. Incorporadas nos marcos da cidadania global e da educação em direitos humanos, essas respostas educacionais devem promover, proteger e defender as normas e os padrões internacionais de direitos humanos e buscar os propósitos sociais, morais e humanísticos da educação, que estão no cerne da Agenda da Educação 2030. Isso inclui fornecer aos estudantes as habilidades e competências necessárias para pensar criticamente, adotar uma abordagem interseccional à discriminação e contestar as narrativas de ódio e aqueles que as promovem;

(b) a concepção e a implementação de políticas para desenvolver habilidades de cidadania digital, prestando a devida atenção à aprendizagem social e emocional, que permitem aos estudantes encontrar, acessar, usar, criar e trocar livremente informações, enquanto navegam no ambiente *online* com segurança e responsabilidade. A esse respeito, é importante colocar especial ênfase na Alfabetização Midiática e Informacional, com vistas a reforçar a resiliência dos estudantes e a sua capacidade de reconhecer e combater a desinformação, as visões de extremismo violento e as teorias da conspiração destinadas a incitar o ódio contra pessoas e grupos específicos, incluindo mulheres e jovens;

(c) a oferta de desenvolvimento profissional formação adequados para professores e dirigentes escolares em todos os níveis de ensino, por meio de uma abordagem que combata a discriminação em todas as suas formas e reconheça e enfrente vieses e estereótipos. Isso implica desenvolver capacidades para realizar intervenções sensíveis a gênero e idade para vítimas de discurso de ódio e para aqueles que disseminam e/ou correm o risco de disseminar conteúdos perigosos e de ódio, *online* e *offline*;

(d) o enfrentamento ao discurso de ódio por meio de intervenções interdisciplinares e incentivem pedagogias e abordagens que promovam a diversidade e múltiplas perspectivas, bem como o desenvolvimento de atividades extracurriculares. Isso implica tratar das causas profundas da intolerância e da discriminação, aumentando a compreensão sobre as interseccionalidades e ressaltando as relações entre discurso de ódio, discriminação, violência e crimes de atrocidade. Além disso, narrativas de ódio, discriminatórias e excludentes devem ser excluídas dos currículos, dos livros didáticos e de todos os recursos educacionais;

(e) a melhoria da cooperação multissetorial por meio da construção de parcerias com todos os atores pertinentes, por meio de uma abordagem de toda a sociedade para enfrentar e combater o discurso de ódio por meio da educação. Isso inclui diálogo social, intercultural

e inter-religioso e a participação de representantes de pessoas e grupos-alvos do discurso de ódio, mas também ministérios e autoridades públicas pertinentes, sociedade civil, incluindo defensores dos direitos humanos em toda a sua diversidade, organizações comunitárias, de saúde mental e prestadores de serviços, instituições acadêmicas, empresas de mídia e internet novas e tradicionais, partes interessadas judiciais, entidades esportivas, líderes religiosos e comunitários, e organizações religiosas e culturais, organizações juvenis e intergovernamentais.

5. Como um caminho a seguir, nós, os presidentes, comprometemo-nos com os princípios e com as prioridades políticas estabelecidos nestas conclusões e incentivamos os senhores e as senhoras, ministros e ministras da Educação, a assumirem a liderança no avanço e na execução desses compromissos nos âmbitos nacional e regional. Isso implica o desenvolvimento de roteiros nacionais e regionais contextualizados para uma implementação eficaz, por meio de um processo consultivo inclusivo e participativo com partes interessadas governamentais e não governamentais, com foco específico na participação significativa de pessoas e grupos marginalizados, vulneráveis e/ou alvos de discurso de ódio.

6. Nós, os presidentes, convidamos, portanto:

- a UNESCO, como principal agência das Nações Unidas para a educação, a comunicação e a informação,
- o Escritório das Nações Unidas para Prevenção do Genocídio e Responsabilidade de Proteger, como a principal entidade da ONU para a prevenção de crimes de atrocidade e o ponto focal em todo o Sistema das Nações Unidas sobre discurso de ódio e a implementação da Estratégia e Plano de Ação das Nações Unidas contra o Discurso de Ódio,
- o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, como a principal entidade das Nações Unidas sobre direitos humanos, bem como
- o Departamento de Comunicação Global das Nações Unidas, como entidade líder da ONU para a comunicação, para apoiarem e acompanharem a execução desses compromissos mundiais, em cooperação com os Estados-membros e com todas as partes interessadas pertinentes.

Para mais informações, consultar: https://en.unesco.org/news/addressing-hate-speech-through-education-global-education-ministers-conference

Recursos adicionais

- United Nations Strategy and Plan of Action on Hate Speech, United Nations, 2019
- "Addressing hate speech: educational responses", UNESCO, 2022
- "Addressing conspiracy theories: what teachers need to know", UNESCO 2022
- Addressing Hate Speech Through Education, Multi-stakeholder Online Forum: 30 de setembro a 1º de outubro de 2021, UNESCO, 2022
- "Addressing hate speech on social media: contemporary challenges", UNESCO, 2021
- "Education as a tool for prevention: addressing and countering hate speech", reunião de especialistas: 13 a 18 de maio de 2020, UNESCO, 2021
- "Media and information literate citizens: think critically, click wisely!", UNESCO 2021
- "Letting the sun shine in: transparency and accountability in the digital age", UNESCO, 2021
- "United Nations guidance note on addressing and countering Covid-19 related hate speech", United Nations, 2020
- "Countering online hate speech", UNESCO, 2015

Referências

Adam-Troian, Jais; Tecmen, Ayşe; Kaya, Ayhan. Youth extremism as a response to global threats? *European Psychologist*, v. 36, n. 1, p. 15-28. 2021. Disponível em: https://econtent.hogrefe.com/doi/10.1027/1016-9040/a000415.

Ahmed, Sara. *Complaint!*. Durham, NC: Duke University Press, 2021.

Anti-Defamation League. *Coronavirus crisis elevates antisemitic, racist tropes*.

Anti-Defamation League (blog), 17 Mar. 2020. Disponível em: https://www.adl.org/blog/coronavirus-crisis-elevates-antisemitic-racist-tropes.

Argentino, Marc-André; Amarasingam, Amarnath; Conley, Emmi. *"One struggle"*: examining narrative syncretism between accelerationists and salafi-jihadists. London: International Centre for the Study of Radicalisation, 2022. Disponível em: ICSR-Report-One- Struggle-Examining-Narrative-Syncretism- between-Accelerationists-and-Salafi-Jihadists.pdf.

Bailey, M. *Misogynoir transformed*. New York: New York University Press, 2021.

Banaji, Shakuntala; Bhat, Ramnath. *Social media and hate*. London: Routledge, 2022. Disponível em: https://www.taylorfrancis.com/ books/oa-mono/10.4324/9781003083078/ social-media-hate-shakuntala-banaji-ram-nath-bhat.

Banaji, Shakuntala; Buckingham, David. *The civic web*: young people, the internet, and civic participation. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2013.

Banaji, Shakuntala; Mejias, Sam (eds.). *Youth active citizenship in Europe*: ethnographies of participation. Springer Nature Switzerland, 2020.

Banaji, Shakuntala *et al*. *WhatsApp vigilantes*: an exploration of citizen reception and circulation of WhatsApp misinformation linked to mob violence in India. London: LSE, n.d. Disponível em: https://eprints.lse. ac.uk/104316/1/Banaji_whatsapp_vigilantes_ exploration_of_citizen_reception_published.pdf.

Bennett, W. Lance; Livingston, Steven. The disinformation disorder: disruptive communication and the decline of democratic institutions. *European Journal of Communication*, v. 33, n. 2, p. 122-139, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0267323118760317.

Berger, J. M. *Extremism*. Boston: MIT Press, 2019.

Borkowska, Magda; Laurence, James. Coming together or coming apart? Changes in social cohesion during the Covid-19 pandemic in England. *European Societies*, v. 23, sup. 1, p. 618-636, 2021. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14616696.2020.1833067.

Braddock, Kurt. Vaccinating against hate: using attitudinal inoculation to confer resistance to persuasion by extremist propaganda. *Terrorism and Political Violence*, v. 34, n. 2, p. 240-262, 2022. Disponível em: doi:10.1080/09546553.2019.169337010.1080/09546553.2019.1693370.

Braddock, Kurt; Hughes, Brian; Goldberg, Beth; Miller-Idriss, Cynthia. Engagement in subversive online activity predicts susceptibility to persuasion by far-right extremist propaganda. *New Media & Society*. Feb. 2022. Disponível em: doi:10.1177/14614448221077286.

Buchanan, Tom. Why do people spread false information online? The effects of message and viewer characteristics on self-reported likelihood of sharing social media disinformation. *PLOS One*, 2020. Disponível em: doi:https://doi.org/10.1371/journal.pone.0239666.

Carlson, Caitlin Ring. *Hate speech*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2021.

Collaborative for Academic; Social and Emotional Learning. *CASEL's SEL framework*: what are the core competence areas and where are they promoted? *CASEL*, 1 Oct. 2021. Disponível em: https://casel.org/sel-framework/.

Cefai, C.; Bartolo, P.; Cavioni, V.; Downes, P. *Strengthening social and emotional education as a key curricular area across the EU*: a review of the international evidence. Relatório NESET. Luxemburgo: Publications Office of the European Union, 2018.

Cooley, Alexander; Nexon, Daniel. The real crisis of global order: illiberalism on the rise. *Foreign Affairs*, v. 101, n. 1, p. 103-118, 2022.

Crenshaw, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, n 1, art. 8, 1989. Disponível em: https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf.

Durlak, Joseph A.; Weissberg, Roger P.; Dymnicki, Allison B.; Taylor, Rebecca D.; Schellinger, Kriston B. The impact of enhancing students' social and emotional learning: a meta-analysis of school-based universal interventions. *Child Development*, v. 82, n. 1, p. 405-432, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2010.01564.x.

Duncan, Kristen E. "They hate on me!" Black teachers interrupting their white colleagues' racism. *Educational Studies*, v. 55, n. 2, p. 197-213, 2019.

Gagliardone, Iginio; Gal, Danit; Alves, Thiago; Martinez, Gabriela. *Countering online hate speech*. Paris: UNESCO, 2019. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233231

Gavine, A. J.; Donnelly, P. D.; Williams, D. J. Effectiveness of universal school-based programs for prevention of violence in adolescents. *Psychology of Violence*, v. 6, n. 3, p. 390-399, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1037/vio0000052.

Hahn, R.; Fuqua-Whitley, D.; Wethington, H.; Lowy, J.; Liberman, A.; Crosby, A.; Fullilove, M. The effectiveness of universal school-based programs for the prevention of violent and aggressive behavior. Atlanta, GA: Centers for Disease Control and Prevention, U.S. Department of Health and Human Services, 2007. (Morbidity and mortality weekly report, 56).

Harvey, David. Universal alienation. *Journal for Cultural Research*. v. 22, n. 2, p. 137-150, 2018. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14797585.2018.1461350.

Hill Collins, Patricia: Bilge, Sirma. Intersectionality. Cambridge, UK: Polity, 2020.

Jones, L. M.; Mitchell, Kimberly J.; Walsh, W. A. *A systematic review of effective youth prevention education*: implications for internet safety education. Durham, NH: Crimes Against Children Research Center (CCRC), University of New Hampshire, 2014.

Kalmoe, Nathan P.; Mason, Lilliana. *Radical American partisanship*: mapping violent hostility, its causes, and the consequences for democracy. Chicago: University of Chicago Press, 2022.

Kayaoglu, Turan. *Pandemic politics*: a public health crisis and a hate crisis: Covid-19 and Islamophobia. Pandemic Politics, Brookings Institution, 17 Jun. 2020. Disponível em: https://www.brookings.edu/opinions/pandemic-politics-a-public-health-crisis-and-a-hate-crisis-covid-19-and-islamophobia/.

Kaul, A.; Kumar, D. *The wire*. 2022. Disponível em: https://thewire.in/tekfog/en/1.html.

Kaul, A.; Kumar, D. *The wire*. 2022a. Disponível em: https://thewire.in/tekfog/en/2.html.

Kaye, David. *Speech police*: the global struggle to govern the internet. New York: Columbia Global Reports, 2019.

Kleinfeld, Rachel. The rise of political violence in the United States. *Journal of Democracy*, v. 32, n. 4, p. 160-176, 2021.

Lauris, Élida; Hashizume, Maurício. *Violência política e eleitoral no Brasil*: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020. Curitiba, Brasil: Terra de Direitos e Justiça Global, 2020. Disponível em: https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/24-09_DIAGRAMACAO_Violencia-Politica_FN.pdf.

Lee, Claire Seungeun. Analyzing Zoombombing as a new communication tool of cyberhate in the COVID-19 era. *Online Information Review*, v. 46, n. 1, p. 147-163, 2022. Disponível em: DOI 10.1108/OIR-05-2020-0203.

Lock, Irina; Ludolpf, Ramona. Organizational propaganda on the internet: a systematic review. *Public Relations Inquiry*, v. 9, n. 1, p. 103-127, 2019. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2046147X19870844.

Malafaia, Carla; Ferreira, Pedro; Menezes, Isabel. *Understanding the role of school education in promoting active citizenship*: blue paper report from the EU-Horizon 2020-funded project Constructing AcTive CitizensHip with European youth; policies, practices. Challenges and Solutions (CATCH- EyoU), 2018. Disponível em: https://www.catcheyou.eu/the-project/publications/wp6bp/.

Mason-Bish, H. *Beyond the silo*: rethinking hate crime and intersectionality: the Routledge international handbook of hate crime. London, New York: Routledge, 2014. p. 24-33.

Medietilsynet. *Man må ha tykk hud eller unngå å være på nettet:* en undersøkelse om unges erfaringer med hatefulle ytringer [*You must have thick skin or avoid being online*: an examination of young people's experiences with hate speech]. 2022. Disponível em: 2022-rapport-hatefulle-ytringer.pdf (medietilsynet.no).

Mejias, Sam; Banaji, Shakuntala. Backed into a corner: challenging media and policy representations of youth citizenship in the UK. *Information, Communication & Society*, v. 22, n. 12, p. 1714-1732, 2019. Disponível em: 0.1080/1369118X.2018.1450436.

Mkhize, Nonhlanhla; Bennett, Jane; Reddy, Vasu; Moletsane, Relebohile. *The country we want to live in*: hate crimes and homophobia in the lives of black lesbian South Africans. Cape Town: HSRC Press, 2010.

Miller-Idriss, Cynthia. *Hate in the Homeland*: the new global far right. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2022. Disponível em: https://press.princeton.edu/books/paperback/9780691222943/hate-in-the-homeland.

Noble, Safiya Umoja. *Algorithms of oppression*: how search engines reinforce racism. New York: New York University Press, 2018.

Open Doors. *Destructive lies*: disinformation, speech that incites discrimination and violence against minorities in India. Open Doors, the London School of Economics and Political Science, 2021. Disponível em: https://media.opendoorsuk.org/document/pdf/Destructive%20Lies-Full%20version-DIGITAL-ODUK-2021.pdf.

Page, T.; Sundaram, V.; Phipps, A.; Shannon, E. *Developing an intersectional approach to training on sexual harassment, violence and hate crimes*: guide for training facilitators. University of York: Technical Report, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.17863/CAM.40706https://doi.org/10.17863/CAM.40706.

Perry, Barbara. Gendered Islamophobia: hate crime against Muslim women. *Social Identities*, v. 20, n. 1, p. 74-89, 2014.

Piazza, James. When politicians use hate speech, political violence increases. *The Conversation*, 2020. Disponível em: https://theconversation.com/ when-politicians-use-hate-speech-political-violence-increases-146640.

Pohjonen. Matti. Horizons of hate: a comparative approach to social media hate speech. *VOX-Pol Network of Excellence*, 2018. Disponível em: www. voxpol.euwww.voxpol.eu.

Richardson, Janice; Milovidov. *Digital citizenship education, v. 2*: multi-stakeholder consultation report. Strasburg: Council of Europe, 2017. Disponível em: https://rm.coe.int/prems-187217-gbr-2511-dig- ital-citizenchip-education-8433-web-16x24/168077bbe4; https://rm.coe.int/prems-187217-gbr-2511-digi-tal-citizenchip-education-8433-web-16x24/168077bbe4.

Roth, Michael S. *Safe enough spaces*: a pragmatist's approach to inclusion, free speech, and political correctness on college campuses. New Haven, Conn.: Yale University Press, 2019.

Salim, M. 'Bulli Bai', 'Sulli Deals': on being put up for 'auction' as an Indian Muslim woman. *The Wire*, 2022. Disponível em: https://thewire.in/communalism/indian-muslim-woman-auction-bul-li-baihttps://thewire.in/communalism/indian-muslim-woman-auction-bulli-bai.

Sobieraj, Sarah. *Credible threat*: attacks against women online and the future of democracy. New York: Oxford University Press, 2022.

Sturm, Tristan; Albrecht, Tom. Constituent Covid-19 apocalypses: contagious conspiracism, 5G, and viral vaccinations. *Anthropology & Medicine*, v. 28, n. 1, p. 122-139, 2021. Disponível em: https://www. tandfonline.com/doi/full/10.1080/13648470.2 020.1833684.

Thorleifsson, Cathrine. From cyberfascism to terrorism: on 4chan/pol/ culture and the transnational production of memetic violence. *Nations and Nationalism*, v. 28, n. 1, 2021. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/nana.12780.

Tsesis, Alexander. *Destructive messages*: how hate speech paves the way for harmful social movements. New York: New York University Press, 2002.

Tsesis, Alexander. *Free speech in the balance*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1017/9781108539463.

Udupa, Sahana; Gagliardone, Iginio; Hervik, Peter (eds.). *Digital hate*: the global conjuncture of extreme speech. Bloomington, Ind.: Indiana University Press, 2021. Disponível em: https://publish.iupress.indiana.edu/projects/digital-hate.

United Kingdom. House of Commons, Digital, Culture, Media and Sport Committee. *Disinformation and 'fake news'*: final report. London, 2019. Disponível em: https://publications.parliament.uk/pa/cm201719/cmselect/cmcumeds/1791/1791.pdf.

United Nations. *Framework of analysis for atrocity crimes*: a tool for prevention. 2014. Disponível em: https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/publications-and-resources/Genocide_Framework%20of%20Analysis-English.pdf.

Waldek, Lise; Droogan, Julian; Lumby, Catharine. Feeling terrified? The emotions of online violent extremism. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2021.

Wiggins, Bradley E. Boogaloo and civil war 2: memetic antagonism in expressions of covert activism. *New Media & Society*, v. 23, n. 11, p. 3179-3205, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1177/1461444820945317.

Yellow Horse, Aggie J.; Jeung, Russell; Matriano Ronae. *Stop AAPI hate national report*. Stop AAPI Hate. Disponível em: https://stopaapihate.org/wp-content/ uploads/2021/11/21-SAH-NationalReport2-v2.pdf.

unesco

Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

UNITED NATIONS OFFICE ON GENOCIDE PREVENTION AND THE RESPONSIBILITY TO PROTECT

Enfrentar o discurso de ódio por meio da educação

Um guia para formuladores de políticas

Este guia para formuladores de políticas desenvolvido pelo Escritório das Nações Unidas para a Prevenção do Genocídio e Responsabilidade de Proteger (Office on Genocide Prevention and the Responsibility to Protect – UNOGPRP) e pela UNESCO apresenta estratégias e abordagens específicas para enfrentar o discurso de ódio na e por meio da educação. Combater narrativas prejudiciais, discriminatórias e violentas, na forma de xenofobia, racismo, antissemitismo, ódio anti-islâmico e outros tipos de intolerância, seja *online* ou *offline*, requer intervenções em todos os níveis da educação, tanto em ambientes formais quanto não formais. Este guia fornece recomendações concretas, boas práticas e lições aprendidas sobre como combater o discurso de ódio e proporcionar ambientes de aprendizagem seguros e respeitosos, bem como o objetivo mais amplo de promover sociedades inclusivas.

ISBN: 978-65-86603-30-9
CDL
9 786586 603309

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável